



FEDERAÇÃO
DE ANDEBOL
DE PORTUGAL

REGULAMENTO DE ARBITRAGEM

Conselho de
ARBITRAGEM



ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
 CAPÍTULO PRIMEIRO - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	7
Artigo 1.º - Normas habilitantes	7
Artigo 2.º - Designações.....	7
Artigo 3.º - Objeto	8
Artigo 4.º - Âmbito de aplicação.....	8
Artigo 5.º - Disciplina	8
Artigo 6.º - Revogação	8
Artigo 7.º - Entrada em vigor	9
 CAPÍTULO SEGUNDO - ORGANIZAÇÃO DA ARBITRAGEM.....	10
Artigo 8.º - Composição	10
Artigo 9.º - Administração	10
Artigo 10.º - Definições de competências	11
Artigo 11.º - Competências do Conselho de Arbitragem	11
Artigo 12.º - Competências do Presidente do Conselho de Arbitragem	13
Artigo 13.º - Secção Não Profissional do Conselho de Arbitragem	13
Artigo 14.º - Secção de Classificações do Conselho de Arbitragem	14
Artigo 15.º - Incompatibilidades e Impedimentos dos membros do Conselho de Arbitragem	15
Artigo 16.º - Academia de Arbitragem	16
Artigo 17.º - Academia Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e de Apreciação de Reclamações de Arbitragem	17
Artigo 18.º - Constituição de outras comissões de apoio.....	18
 CAPÍTULO TERCEIRO – AGENTES / QUADROS DE ARBITRAGEM	19
TÍTULO PRIMEIRO – PRINCIPIOS GERAIS	19
Artigo 19.º - Quadro de Arbitragem	19

Artigo 20.º - Filiação Regional.....	19
Artigo 21.º - Princípios dos Quadros de Arbitragem	19
TÍTULO SEGUNDO – DOS DIREITOS.....	20
Artigo 22.º - Direitos dos Quadros de Arbitragem	20
TÍTULO TERCEIRO – DOS DEVERES.....	22
Artigo 23.º - Deveres dos Quadros de Arbitragem	22
TÍTULO QUARTO – DO ESTATUTO.....	26
Artigo 24.º - Regime	26
Artigo 25.º - Compensação	27
Artigo 26.º - Pagamentos.....	27
Artigo 27.º - Licenças	28
Artigo 28.º - Cessação definitiva	28
Artigo 29.º - Jubilação	29
 CAPÍTULO QUARTO – FORMAÇÃO E PROGRESSÃO	 31
Artigo 30.º - Condição de exercício da atividade	31
Artigo 31.º - Princípios gerais da formação	31
Artigo 32.º - Objetivos da formação	31
Artigo 33.º - Competências da Academia de Arbitragem do Conselho de Arbitragem da FAP no âmbito da formação	32
Artigo 34.º - Cursos e ações de formação	33
Artigo 35.º - Condições de acesso	34
Artigo 36.º - Seminários.....	36
 CAPÍTULO QUINTO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.....	 37
Artigo 37.º - Incompatibilidades e impedimentos	37
Artigo 38.º - Impedimentos de acesso e desempenho de função	38
Artigo 39.º - Idades limite	38
 CAPÍTULO SEXTO – CATEGORIAS	 40
TÍTULO PRIMEIRO – ÁRBITROS	40
Artigo 40.º - Funções do árbitro	40
Artigo 41.º - Categorias dos árbitros	40

Artigo 42.º - Categoria Regional	41
Artigo 43.º - Protocolo entre Associações Regionais.....	41
Artigo 44.º - Categoria Nacional	41
Artigo 45.º - Composição dos níveis	42
Artigo 46.º - Categoria Internacional.....	42
Artigo 47.º - Acesso à categoria Internacional	43
Artigo 48.º - Acesso a programas internacionais.....	44
Artigo 49.º - Atividade internacional.....	44
Artigo 50.º - Constituição de duplas.....	44
Artigo 51.º - Promoção e despromoção	45
Artigo 52.º - Protocolo entre federações estrangeiras.....	47
Artigo 53.º - Quadros de arbitragem em mobilidade no âmbito do ensino superior .	47
Artigo 54.º - Preenchimento de vagas.....	48
 TÍTULO SEGUNDO – OFICIAIS DE MESA	 49
Artigo 55.º - Funções dos oficiais de mesa	49
Artigo 56.º - Categorias dos oficiais de mesa	49
Artigo 57.º - Oficial de mesa da categoria Regional	49
Artigo 58.º - Oficial de mesa da categoria Nacional	49
Artigo 59.º - Clube Responsável por Oficial de Mesa	50
Artigo 60.º - Promoção e despromoção	50
Artigo 61.º - Nomeação dos oficiais de mesa.....	51
 TÍTULO TERCEIRO – OBSERVADORES.....	 52
Artigo 62.º - Funções dos observadores.....	52
Artigo 63.º - Categorias de observadores	53
Artigo 64.º - Observadores da categoria Regional	53
Artigo 65.º - Observadores da categoria Nacional	53
Artigo 66.º - Composição dos níveis	54
Artigo 67.º - Acessos.....	54
Artigo 68.º - Perda de categoria	55
Artigo 69.º - Observação.....	55
Artigo 70.º - Deveres específicos dos observadores	56
Artigo 71.º - Cessação oficiosa de funções de observador.....	56

TÍTULO QUARTO – DELEGADOS	58
Artigo 72.º - Funções do delegado	58
Artigo 73.º - Nomeação	58
Artigo 74.º - Composição e definição do quadro.....	59
Artigo 75.º - Acessos	59
Artigo 76.º - Perda de categoria	59
Artigo 77.º - Competências do delegado.....	60
Artigo 78.º - Cessação oficiosa de funções de delegado	60
 TÍTULO QUINTO – TUTORES	 61
Artigo 79.º - Funções do tutor	61
Artigo 80.º - Acessos e publicitação da lista de tutores	62
Artigo 81.º - Atividade dos tutores	62
Artigo 82.º - Árbitros submetidos a tutorias	63
Artigo 83.º - Cessação oficiosa de funções de tutor	63
 CAPÍTULO SÉTIMO – NOMEAÇÕES	 64
Artigo 84.º - Nomeações.....	64
Artigo 85.º - Nomeações pelas Associações Regionais.....	65
Artigo 86.º - Critérios de nomeação dos árbitros e oficiais de mesa	65
Artigo 87.º - Critérios de nomeação dos observadores e delegados	66
Artigo 88.º - Jogos de dificuldade acrescida	67
Artigo 89.º - Impedimentos de nomeação	67
 CAPÍTULO OITAVO – CLASSIFICAÇÕES	 69
Artigo 90.º - Normas de classificação	69
Artigo 91.º - Isenção de classificação	70
Artigo 92.º - Penalizações	71
Artigo 93.º - Critérios de desempate	72
Artigo 94.º - Observação.....	72
Artigo 95.º - Conhecimento dos relatórios de observação	74
Artigo 96.º - Reclamação dos relatórios de observação	74

Artigo 97.º - Reclamação da classificação final	75
Artigo 98.º - Uniformidade	76
CAPÍTULO NONO – DO JOGO	77
Artigo 99.º - Balneários e cabine dos árbitros	77
Artigo 100.º - Acesso à cabine dos árbitros	77
Artigo 101.º - Lista de participantes	77
Artigo 102.º - Identificação dos jogadores e oficiais	78
Artigo 103.º - Boletim de jogo	79
Artigo 104.º - Bola.....	79
Artigo 105.º - Equipamento dos quadros de arbitragem	80
Artigo 106.º - Equipamento dos jogadores	80
Artigo 107.º - Equipamentos idênticos	81
Artigo 108.º - Sorteio	81
Artigo 109.º - Protocolo de começo de jogo	81
Artigo 110.º - Protesto de jogo.....	82
Artigo 111.º - Falta de árbitros oficialmente designado	83
Artigo 112.º - Falta de oficial de mesa	83
Artigo 113.º - Não realização de jogo por decisão dos árbitros	84
Artigo 114.º - Jogo não iniciado ou sem duração regulamentar	85
CAPÍTULO DÉCIMO – ANDEBOL DE PRAIA	86
Artigo 115.º - Quadros de arbitragem de andebol de praia	86
Artigo 116.º - Indicação e nomeação dos quadros de arbitragem de andebol de praia	87
Artigo 117.º - Observação e classificação dos árbitros de andebol de praia	87
Artigo 118.º - Atividade internacional de andebol de praia	87
Artigo 119.º - Normas aplicáveis ao andebol de praia	88
CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – ANDEBOL EM CADEIRA DE RODAS	89
Artigo 120.º - Quadros de arbitragem de andebol em cadeiras de rodas.....	89

Artigo 121.º - Nomeação para jogos de andebol em cadeiras de rodas	89
Artigo 122.º - Atividade internacional de andebol em cadeiras de rodas.....	89
Artigo 123.º - Normas aplicáveis ao andebol em cadeira de rodas.....	90
 CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – CONDUTAS QUE PROMOVAM A ÉTICA E O FAIR PLAY.....	91
Artigo 124.º - Promoção da ética e do fair play.....	91
Artigo 125.º - Cartão branco / fair play	92
Artigo 126.º - Campanha de promoção da ética e do fair play	92
 CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – CONDUTAS PROIBIDAS – APOSTAS DESPORTIVAS E DOPING.....	93
Artigo 127.º - Infrações muito graves e condutas proibidas	93
Artigo 128.º - Aplicação	96
Artigo 129.º - Procedimento disciplinar	96
Artigo 130.º - Direitos do quadro de arbitragem em caso de procedimento disciplinar.....	97
Artigo 131.º - Ónus e nível de prova.....	97
Artigo 132.º - Confidencialidade.....	97
Artigo 133.º - Denúncias	98
Artigo 134.º - Recurso	98
 CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO – DISPOSIÇÕES FINAIS	99
Artigo 135.º - Casos omissos.....	99

REGULAMENTO DE ARBITRAGEM (*)

(*) Aprovado em reunião de Direção de 10 de Julho de 2017; revoga o anterior Título 9 do RGFAP e Associações e vigora, doravante, como Regulamento autónomo;

CAPÍTULO PRIMEIRO DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Norma Habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 10.º e nas alíneas a) e c) do número 2 do artigo 41.º do Regime Jurídico das Federações Desportivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de junho, e bem assim da alínea a) do artigo 67.º e do artigo 97.º e seguintes dos Estatutos da FAP.

Artigo 2.º

Designações

1. As siglas ou expressões aqui identificadas têm os significados seguintes:
 - a) FAP – Federação de Andebol de Portugal;
 - b) Associações – Associações Regionais;
 - c) CA – Conselho de Arbitragem da FAP;
 - d) Clubes – Clubes, Sociedades Anónimas Desportivas ou Sociedades Desportivas Unipessoal por Quotas;
 - e) CILJAR - Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e de Avaliação de Reclamações;
 - f) CROM – Clube Responsável pelo Oficial de Mesa;
 - g) IHF – Federação Internacional de Andebol;
 - h) EHF – Federação Europeia de Andebol.
2. As referências às expressões “regional” e “clube” consideram-se efetuadas, respetivamente, a “distrital” e “sociedade desportiva”.

3. As referências a “árbitro”, “oficial de mesa”, “observador” e “delegado” contemplam o género masculino e feminino.

Artigo 3.º

Objeto

O presente Regulamento de Arbitragem é elaborado ao abrigo dos poderes exercidos pela FAP no âmbito da regulamentação da arbitragem do andebol e suas variantes e estabelece o regime aplicável à organização, formação e progressão, exercício e classificação dos agentes da arbitragem.

Artigo 4.º

Âmbito de Aplicação

O presente Regulamento, bem como outras normas de carácter técnico e específico que regulamentem a arbitragem do andebol, são aplicáveis a todos os quadros de arbitragem filiados na FAP, nomeadamente árbitros, oficiais de mesa, observadores, tutores, delegados, formadores, técnicos e demais pessoas singulares ou coletivas filiados na FAP ou Associações e é ainda aplicável aos campeonatos e provas oficiais e aos jogos e torneios particulares, respetivamente organizados e autorizados pela FAP e Associações.

Artigo 5.º

Disciplina

1. Os quadros de arbitragem estão sujeitos à jurisdição disciplinar da FAP, nos termos do disposto no Regulamento Disciplinar da FAP e Associações.
2. O incumprimento do Regulamento de Arbitragem e das demais orientações, bem como dos Comunicados Oficiais ou circulares emitidas pelo Conselho de Arbitragem da FAP, está sujeito a procedimento disciplinar, nos termos previstos no Regulamento Disciplinar da FAP e Associações Regionais.

Artigo 6.º

Revogação

São revogadas pelo presente Regulamento todas as normas que, regulamentando a atividade da arbitragem, o contradigam.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento bem como as restantes normas que o complementem entram em vigor após a sua aprovação pela Direção da FAP e produz efeitos a partir do dia 1 de Agosto de 2017 (época Desportiva 2017/2018).

CAPÍTULO SEGUNDO

ORGANIZAÇÃO DA ARBITRAGEM

Artigo 8.º

Composição

A arbitragem é integrada, a nível nacional, pelos árbitros, oficiais de mesa, observadores, tutores, formadores e delegados, e a nível regional, pelos árbitros, oficiais de mesa, observadores, tutores, formadores e delegados dos quadros das Associações Regionais.

Artigo 9.º

Administração

1. O Conselho de Arbitragem é um órgão colegial dotado de autonomia técnica, eleito pela Assembleia-Geral nos termos estatutários para coordenar, administrar a atividade da arbitragem e estabelecer os parâmetros de formação dos quadros de arbitragem, e ainda proceder à sua classificação técnica em todo o território nacional.
2. O Conselho de Arbitragem delega nas Associações Regionais as competências necessárias à gestão da arbitragem no âmbito das competições regionais.
3. As Associações Regionais encontram-se obrigadas à elaboração e apresentação anual de um plano de atividades e orçamento para o exercício das competências que lhe são conferidos em matéria de arbitragem e ao cumprimento das demais normas previstas neste regulamento.
4. Sempre que se verifiquem violações graves ao presente regulamento ou atividades prejudiciais aos interesses da arbitragem nacional, pode o Conselho de Arbitragem avocar, a todo o tempo, as competências delegadas nas Associações Regionais.

Artigo 10.º

Definições de Competências

1. Compete à FAP prestar todo o apoio administrativo, ceder instalações, aprovar e suportar o Orçamento do Conselho de Arbitragem.
2. A FAP desenvolverá todos os esforços para que o Conselho de Arbitragem possa ter um bom funcionamento.

Artigo 11.º

Competências do Conselho de Arbitragem

1. Além das demais competências previstas nos Estatutos da FAP, compete ao Conselho de Arbitragem:
 - a) Assegurar o funcionamento da arbitragem a nível nacional;
 - b) Aprovar as normas de gestão administrativa da arbitragem;
 - c) Estabelecer os critérios de nomeação e classificação dos árbitros;
 - d) Estabelecer os parâmetros de formação do sistema nacional da arbitragem;
 - e) Implementar as leis do jogo no domínio específico da arbitragem nacional;
 - f) Promover junto dos sócios da FAP, Associações Regionais, árbitros, oficiais de mesa, observadores, tutores, formadores e delegados, a divulgação das leis do jogo, das instruções emanadas pelos organismos internacionais, demais normas que respeitem à arbitragem e dos pareceres técnicos, velando pela sua aplicação;
 - g) Interpretar as leis do jogo, sempre que tal lhe for solicitado;
 - h) Zelar pela boa aplicação das leis de jogo;
 - i) Emitir parecer sobre quaisquer assuntos relativos à arbitragem, sempre que tal for solicitado pelos demais órgãos da FAP;
 - j) Elaborar, anualmente, o plano de atividades e o orçamento da arbitragem e submetê-lo à aprovação da Direção da FAP;
 - k) Executar o orçamento para a arbitragem;
 - l) Elaborar, anualmente, o quadro de árbitros, oficiais de mesa, observadores e delegados e proceder à sua publicação;
 - m) Propor à Direção da FAP:
 - i. Os valores a colocar à disposição, a título de complementos, prémios e despesas decorrentes da atividade dos árbitros, oficiais de mesa, observadores e delegados;

- ii. As medidas de carácter económico-financeiro respeitantes à arbitragem nacional;
 - iii. A atribuição de galardões, nos termos do regulamento aplicável;
-
- n) Elaborar a lista de candidatos a árbitros, observadores e delegados para indicação às instâncias internacionais;
 - o) Nomear os membros da Academia de Arbitragem;
 - p) Constituir Comissões de Apoio para as áreas que entender;
 - q) Definir os valores a colocar à disposição, a título de complementos, e despesas decorrentes da atividade, dos membros do conselho de arbitragem, das comissões de apoio e da academia de arbitragem;
 - r) Defender o prestígio da arbitragem, efetuando nomeadamente participações de ordem disciplinar por atos praticados contra a dignidade e honra de agentes da arbitragem ou perturbadores das necessárias condições ao seu exercício;
 - s) Estabelecer os conteúdos programáticos da formação dos agentes da arbitragem;
 - t) Promover e administrar a formação dos árbitros, oficiais de mesa, observadores e delegados;
 - u) Coordenar e uniformizar com os Conselhos de Arbitragem das Associações Regionais os níveis de formação dos árbitros, oficiais de mesa e observadores e os assuntos técnicos da arbitragem;
 - v) Proceder à marcação dos exames médico-desportivos dos agentes de arbitragem pertencentes aos quadros nacionais;
 - w) Organizar e manter atualizadas as fichas de cadastro dos árbitros nacionais, oficiais de mesa, observadores e delegados com as Associações Regionais;
 - x) Apreciar e decidir sobre os pedidos de licença e jubilação;
 - y) Gerir as demais tarefas que lhe estejam atribuídas.
2. Os membros do Conselho de Arbitragem têm direito de acesso aos recintos onde se disputam jogos de andebol e sua variante de praia, ocupando lugares correspondentes aos dos demais órgãos sociais da FAP.

Artigo 12.º

Competências do Presidente do Conselho de Arbitragem

Sem prejuízo das competências previstas nos Estatutos da FAP e das demais estabelecidas no presente regulamento, ao Presidente do Conselho de Arbitragem da FAP compete especialmente:

- a)** Presidir às Reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias por sua iniciativa ou por solicitação da Direção da FAP;
- b)** Representar a arbitragem junto das organizações nacionais e internacionais;
- c)** Representar o Conselho de Arbitragem junto dos restantes órgãos da FAP;
- d)** Representar o Conselho de Arbitragem junto da APAOMA e das Associações Regionais;
- e)** Apresentar à Direção um relatório específico elaborado pelo órgão, da respetiva atividade a integrar no relatório anual daquela;
- f)** Submeter à Direção da FAP uma proposta de Orçamento anual para fazer face à atividade da Arbitragem;
- g)** Cumprir e fazer cumprir o Orçamento anual aprovado pela Direção da FAP;
- h)** Implementar as Regras do Jogo de acordo com as normas nacionais e internacionais;
- i)** Coordenar, orientar e uniformizar a atividade da Arbitragem nas Associações Regionais;
- j)** Nomear os membros das Comissões de Apoio necessárias ao bom funcionamento do Conselho de Arbitragem.
- k)** Dar parecer sobre todos os assuntos relativos à atividade da arbitragem, sempre que isso lhe seja solicitado pelos demais órgãos da FAP;
- l)** Aprovar o plano anual de atividades do órgão;
- m)** Determinar a cessação ou suspensão da atividade de qualquer quadro da arbitragem nos termos do presente Regulamento.

Artigo 13.º

Secção Não Profissional do Conselho de Arbitragem

- 1.** Além das competências previstas nos Estatutos da FAP e das demais estabelecidas no presente regulamento, a Secção Não Profissional do Conselho de Arbitragem detém competência específica para:
 - a)** Propor os critérios de nomeação dos árbitros das competições não profissionais;

- b) Designar os árbitros e oficiais de mesa para os jogos das competições nacionais não profissionais a todas as competições organizadas pela FAP;
 - c) Designar as equipas de arbitragem para jogos particulares e torneios oficiais, em particular sempre que intervenham equipas filiadas em Associações Regionais diferentes ou equipas estrangeiras;
 - d) Comunicar aos árbitros, oficiais de mesa, observadores e delegados as suas nomeações com uma antecedência mínima de 3 (três) dias podendo, em situações fundamentadas, efetuar a comunicação com prazo inferior.
 - e) Comunicar às Associações Regionais os árbitros da respetiva Associação que tenham sido designados para atuar em provas nacionais, com a antecedência máxima possível relativamente à data de início de cada jornada;
 - f) Organizar as ações de formação respeitantes aos árbitros adstritos a esta secção;
 - g) Propor, desenhar, desenvolver e implementar toda a preparação técnica, física, mental e avaliativa dos árbitros;
 - h) Estar, sempre que possível, presente em todas as ações em que intervenham árbitros adstritos a esta secção;
 - i) Consultar os relatórios de avaliação técnica dos árbitros sob a sua jurisdição;
 - j) Receber da Secção de Classificações o resultado das decisões das reclamações, incluindo os pareceres emitidos, apresentados pelos clubes e árbitros.
2. As competências referidas nas alíneas f) e g) do número anterior serão desenvolvidas em conjunto com a Academia de Arbitragem.

Artigo 14.º

Secção de Classificações do Conselho de Arbitragem

1. Além das competências previstas nos Estatutos da FAP e das demais estabelecidas no presente regulamento, a Secção de Classificações do Conselho de Arbitragem detém competência específica para:
- a) Propor as normas de classificação dos árbitros, oficiais de mesa e observadores;
 - b) Comunicar aos Conselhos de Arbitragem das Associações Regionais os observadores e delegados da respetiva Associação que tenham sido designados para atuar em provas nacionais;
 - c) Propor os critérios de nomeação dos observadores e delegados;

- d) Designar os observadores para a observação e avaliação dos árbitros;
 - e) Designar os delegados para os jogos organizados pela FAP.
 - f) Organizar as ações respeitantes aos observadores, delegados e tutores;
 - g) Receber, controlar e arquivar os relatórios de observação, decidindo da sua validade;
 - h) Classificar a prestação dos árbitros, com base nos relatórios de avaliação técnica efetuados para o efeito pelos observadores e demais elementos classificativos;
 - i) Dar conhecimento individual aos árbitros dos respetivos relatórios de observação;
 - j) Propor, desenhar, desenvolver e implementar toda a preparação técnica, física, mental e avaliativa dos árbitros;
 - k) Estar presente em todas as ações em que intervenham observadores, delegados e tutores e em todas as que tenham componente classificativa;
 - l) Comunicar aos observadores as suas nomeações com uma antecedência mínima de 3 (três) dias sobre o jogo podendo, em situações fundamentadas, efetuar a comunicação com prazo inferior;
 - m) Apresentar ao Conselho de Arbitragem uma proposta de designação dos candidatos a integrar a lista de delegados e observadores da EHF e IHF;
 - n) A gestão e administração da Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e de Apreciação de Reclamações.
 - o) Comunicar à Academia de Arbitragem as situações descritas pelos observadores para efeitos de formação e melhoria dos árbitros.
2. As competências referidas nas alíneas f) e j) do número anterior serão desenvolvidas em conjunto com a Academia de Arbitragem.

Artigo 15.º

Incompatibilidades e Impedimentos dos membros do Conselho de Arbitragem

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, é incompatível com a função de membro do Conselho de Arbitragem:
- a) O exercício de outro cargo em qualquer órgão social da Federação;
 - b) A intervenção, direta ou indireta, em contratos celebrados com a Federação;
 - c) Realizar negócios com a FAP, Associações, clubes ou outras pessoas coletivas naquelas filiadas;
 - d) Exercer qualquer outra atividade para as entidades referidas na alínea anterior;

- e) Ser gerente ou administrador de empresas que realizem negócios com as entidades referidas na alínea c) ou deter naquelas empresas participação social superior a 10% do capital;
 - f) Desempenhar quaisquer funções em empresas nas quais dirigente de clube ou sociedade anónima desportiva detenha posição relevante, nomeadamente por aí exercer funções de gerência ou administração;
 - g) Relativamente aos órgãos da Federação ou da Liga Portuguesa de Andebol, o exercício, no seu âmbito, de funções como dirigente de clube, sociedade desportiva ou de associação, árbitro, oficial de mesa, atleta ou treinador no ativo;
 - h) Exercer a atividade de jornalista, colunista ou comentador em órgão de comunicação social, sobre matérias relacionadas com o setor da arbitragem;
 - i) Intervir ou participar em qualquer fase ou tomada de decisão ou emissão de parecer em caso de conflito de interesses, devendo comunicar desde logo, por escrito, o seu impedimento ao Presidente do Conselho de Arbitragem.
2. Para efeitos de cálculo da percentagem referida na alínea e) do número anterior, considera-se capital titulado pelo visado, seu cônjuge, ascendente ou descendente até ao terceiro grau.
 3. Aquele que se encontre em situação de incompatibilidade deve declarar o seu impedimento ou renunciar às respetivas funções no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da ocorrência do fato que determinou a incompatibilidade.
 4. A declaração de impedimento ou de renúncia deve conter o fato que fundamenta a incompatibilidade

Artigo 16.º

Academia de Arbitragem

1. A Academia de Arbitragem é o centro de formação nacional que atua sob coordenação do Conselho de Arbitragem, competindo-lhe:
 - a) Desenvolver a preparação técnica, física e mental dos árbitros, oficiais de mesa, observadores, tutores e formadores;
 - b) Desenvolver o plano nacional de formação e progressão da carreira de árbitro, oficial de mesa, observador e formadores;
 - c) Executar programas de acolhimento, integração, deteção de talentos, apoio e projeção da arbitragem internacional, formação e aperfeiçoamento;

- d) Desenvolver e manter uma plataforma de ensino à distância que permita uma oferta formativa complementar e continua;
 - e) Promover e organizar ações de formação e reciclagem;
 - f) Determinar os módulos e as matérias de aprendizagem e avaliação dos agentes da arbitragem;
 - g) Coordenar com as Associações Regionais, os programas dos cursos dos árbitros, oficiais de mesa e observadores dos quadros regionais;
 - h) Lecionar cursos de formadores para constituição do seu corpo de formadores.
2. Cabe ao Conselho de Arbitragem nomear anualmente as pessoas que integram a Academia de Arbitragem, podendo os mesmos ser membros do Conselho de Arbitragem.

Artigo 17.º

Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e de Apreciação de Reclamações

1. No âmbito do Conselho de Arbitragem é criada uma Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e de Apreciação de Reclamações (CILJAR), composta por elementos do Conselho de Arbitragem e/ou por outros por este órgão designados e cujos méritos sejam públicos e reconhecidos.
2. Compete à Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e a Apreciação de Reclamações (CILJAR) a interpretação das leis de jogo do andebol e suas variantes através da emissão de pareceres, por iniciativa própria ou por solicitação do Conselho de Arbitragem ou das suas secções;
3. A Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e a Apreciação de Reclamações (CILJAR), a pedido da Secção de Classificações, é responsável por emitir pareceres e elaborar propostas de decisão relativamente às reclamações apresentadas.
4. As deliberações, pareceres e demais atos da Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e Apreciação de Reclamações (CILJAR) não têm carácter vinculativo, tendo antes natureza consultiva para o Conselho de Arbitragem e, de forma alguma, se substituem ou colidem com as deliberações do Conselho Técnico e dos demais órgãos sociais da Federação de Andebol de Portugal.

Artigo 18.º

Constituição de outras comissões de apoio

1. O Conselho de Arbitragem pode criar outras comissões de apoio à atividade.
2. Cabe ao Conselho de Arbitragem definir quais as tarefas e objetivos de cada uma das comissões de apoio, bem como estabelecer as condições de apoio aos membros que as integram.

CAPÍTULO TERCEIRO

AGENTES / QUADROS DE ARBITRAGEM

TÍTULO PRIMEIRO

Princípios Gerais

Artigo 19.º

Quadro de Arbitragem

O quadro de arbitragem da FAP é constituído pelos seguintes agentes:

- a)** Árbitros;
- b)** Oficiais de Mesa;
- c)** Observadores;
- d)** Tutores;
- e)** Formadores; e,
- f)** Delegados.

Artigo 20.º

Filiação Regional

Os quadros de arbitragem mantêm-se sempre com um vínculo de filiação a uma Associação Regional.

Artigo 21.º

Princípios dos Quadros de Arbitragem

- 1.** Os quadros de arbitragem estão obrigados a respeitar as regras deontológicas da sua atividade e os demais deveres resultantes da sua qualidade de agentes desportivos.
- 2.** A admissão dos quadros de arbitragem implica a sua adesão a todas normas regulamentares da FAP, incluindo o presente Regulamento.

3. Os quadros de arbitragem têm por missão cumprir e fazer cumprir, dentro das instalações desportivas, as Leis do jogo, os Regulamentos, as diretrizes estabelecidas em Circulares e/ou Comunicados Oficiais, bem como as normas que regulam a atividade desta modalidade desportiva.
4. Dentro do recinto do jogo, desde que não exista Delegado nomeado, os árbitros são a autoridade máxima durante a realização do jogo, devendo, tanto os jogadores como os demais agentes desportivos, acatar as suas decisões.
5. Os poderes e autoridade dos árbitros começam no momento da sua entrada nas instalações desportivas e mantêm-se até à sua saída.
6. Os deveres de urbanidade, boa conduta e elevada postura moral, mantêm-se para além do exercício específico das funções de cada um dos agentes da arbitragem.

TÍTULO SEGUNDO

Dos Direitos

Artigo 22.º

Direitos dos Quadros de Arbitragem

Constituem direitos dos quadros de arbitragem:

- a) Possuir Cartão de Identificação de Participante de Andebol (CIPA), que permita o direito de acesso e livre-trânsito em todas as competições de âmbito Nacional, conforme o estabelecido na regulamentação em vigor a cada momento;
- b) Ter independência técnica no exercício da sua atividade;
- c) Exercer os poderes que lhe são conferidos pelas Leis de Jogo e pelos regulamentos, desde a sua entrada nas instalações desportivas até à sua saída;
- d) Ser beneficiário de seguro de acidentes pessoais (seguro desportivo) que cubra, no mínimo, os riscos previstos na legislação em vigor, resultante de acidente ou lesão no exercício ou por causa das suas funções;
- e) Receber indemnização pelos danos que lhe forem causados, constantes do relatório do jogo ou em documento complementar;

- f)** Auferir as importâncias estabelecidas para cada época desportiva e do reembolso das despesas efetuadas, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Arbitragem, no início de cada época desportiva;
- g)** Ter direito aos respetivos reembolsos, quando o jogo não se efetuar ou não tiver a duração regulamentar, se os motivos da não realização não lhe forem imputáveis;
- h)** Ser reembolsado das despesas efetuadas com a participação em reuniões, conferencias ou cursos, sempre que o Conselho de Arbitragem assim o determinar;
- i)** Ter acesso, no final de cada época desportiva, à lista de classificação final e poder reclamar da mesma, até 10 dias após a sua publicação;
- j)** Reclamar junto da Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e de Apreciação de Reclamações (CILJAR) da nota atribuída, quando dela discordem, 5 dias após ser notificado da mesma;
- k)** Ser promovido e despromovido de acordo com as normas regulamentares;
- l)** Obstar à utilização pública ilícita da sua imagem para fins de exploração comercial;
- m)** Reclamar ou recorrer para os órgãos competentes Federativos ou Associativos, das decisões que afetem os seus interesses diretos, imagem e bom nome;
- n)** Receber formação permanente e adequada à função que desempenha;
- o)** Ser esclarecido acerca das Regras de Jogo ou matérias regulamentares, quando sobre estas manifeste ter dúvidas;
- p)** Ter conhecimento da chave de correção dos testes escritos ou cópias destes após classificação;
- q)** Receber as cópias dos relatórios de observação dos jogos em que tenha participado;
- r)** Ter conhecimento, por qualquer forma, dos relatórios dos observadores em cada jogo, podendo ter acesso aos mesmos, quando solicitado;
- s)** Beneficiar de prémios ou galardões quando seja reconhecido o seu mérito de acordo com o regulamentado;
- t)** Solicitar licença temporária de atuação, nos termos indicados pelo Conselho de Arbitragem no início da época desportiva, salvo em situações de força maior

- consignadas nos termos legais, com todas as consequências previstas na regulamentação em vigor e demais normas da modalidade;
- u)** Requerer licença, reingresso na carreira ou jubilação, nos termos do presente Regulamento;
 - v)** Participar em todas as iniciativas, eventos, ações de formação ou informação, na perspetiva do fomento, valorização e prestígio da modalidade;
 - w)** Aceder às nomeações para os jogos no prazo estabelecido pelo Conselho de Arbitragem em comunicado ou circular, salvo em casos excecionais;
 - x)** Aceder às Circulares e aos Comunicados, e a toda a documentação técnica existente na FAP ou Associações Regionais.
 - y)** Ser sócio e ser eleito para cargos ou funções em entidades associativas da sua classe;
 - z)** Requerer a suspensão temporária das funções de árbitro para o exercício das funções de dirigente da Associação de Classe ou dirigente de Associação Regional ou da FAP, conferindo ao árbitro o direito de manutenção na categoria onde se encontrava no momento da suspensão, até ao pedido de licenciamento;
 - aa)** Fazer-se acompanhar, se assim o entender, de advogado sempre que seja ouvido, enquanto sujeito de processo de inquérito ou disciplinar, por qualquer órgão jurisdicional da FAP;
 - bb)** Solicitar a intervenção das Forças Policiais sempre que se justifique, no âmbito e exercício da sua atividade, e nos termos definidos na Lei;
 - cc)** Outros que forem definidos pelo Conselho de Arbitragem através de circular ou comunicado.

TÍTULO TERCEIRO

Dos Deveres

Artigo 23.º

Deveres dos Quadros de Arbitragem

Constituem deveres dos quadros de arbitragem:

- a)** Assegurar a sua inscrição nos termos regulamentares;

- b)** Assegurar a realização dos exames médico-desportivos nos termos regulamentares, assumindo a responsabilidade pela sua realização e atualização;
- c)** Possuir curso de habilitação para o desempenho das funções que irá exercer;
- d)** Participar em todas as ações de formação, aperfeiçoamento e avaliação, bem como a todos os testes regulamentares para que tenham sido convocados;
- e)** Aceitar as nomeações para as funções e jogos em que para tal seja designado, segundo as disponibilidades por si comunicadas ao Conselho de Arbitragem, no início de cada época desportiva, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado;
- f)** Não faltar ao jogo para o qual estiver nomeado, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e comunicado ao Conselho de Arbitragem, logo que tenha conhecimento desse facto impeditivo;
- g)** Não recusar o desempenho das funções para as quais tenham sido nomeados nos termos deste regulamento, sem justificação fundamentada e reconhecida pelo Conselho de Arbitragem;
- h)** Justificar a sua não comparência ao Conselho de Arbitragem competente, logo que tenha conhecimento do facto impeditivo;
- i)** Comparecer nas instalações desportivas, com a antecedência exigível, para verificação das condições regulamentares do recinto de jogo, sendo aquela de, no mínimo uma hora nos jogos da primeira divisão de seniores masculina e feminina, e de 45 minutos nos restantes jogos, salvo se outra não for definida pelo Conselho de Arbitragem;
- j)** Apresentar-se devidamente equipado de acordo com as regras de jogo, de uma forma uniforme para os árbitros, e para todos com a postura, aspeto e atitude que as respetivas funções exigem;
- k)** Sempre que haja um equipamento oficialmente aprovado pelo Conselho de Arbitragem, deve apresentar-se no recinto desportivo no terreno de jogo com o mesmo vestido.
- l)** Verificar as condições da área de competição para a realização do jogo, tendo em atenção as normas legais e regulamentares;
- m)** Diligenciar no sentido de suprir as deficiências encontradas no recinto de jogo;
- n)** Iniciar o jogo à hora marcada;

- o)** Concluir o jogo para o qual tenha sido nomeado, sempre que não esteja em causa a segurança da equipa de arbitragem, a dos intervenientes no jogo ou dos espectadores;
- p)** Assegurar o interesse comum de realização do jogo;
- q)** Inscrever no relatório os motivos justificativos do não início ou conclusão do jogo para o qual seja nomeado;
- r)** Não dar início ao jogo e/ou por termo ao mesmo quando as condições de segurança, climatéricas ou outras forem adversas à realização do mesmo, devendo elaborar relatório escrito;
- s)** Elaborar o boletim de jogo mencionando os incidentes ocorridos antes, durante ou após o jogo, bem como os comportamentos imputados aos jogadores, treinadores, médicos, massagistas, dirigentes e demais agentes desportivos, bem como os factos que constituam fundamento para a aplicação de sanções disciplinares;
- t)** Fazer constar de relatório complementar os factos suscetíveis de serem incluídos no boletim de jogo e/ou relatório, de que tenha tomado conhecimento após o preenchimento daqueles;
- u)** Não abandonar a sua participação no jogo, salvo nos casos regulamentarmente previstos;
- v)** Não recusar o desempenho das suas funções em qualquer jogo quando estando presente, no início do jogo, no recinto desportivo, se verifique a ausência ou manifesta impossibilidade de se realizar por qualquer dos elementos dos quadros de arbitragem nomeados, devendo neste caso, proceder à sua identificação perante os oficiais ao jogo;
- w)** Recusar a direção de qualquer jogo não iniciado ou dado por findo, por outro árbitro, salvo nos casos regulamentarmente previstos;
- x)** Recusar a participação em jogos não oficiais, exceto se tiver sido previamente autorizado pelo Conselho de Arbitragem;
- y)** Fazer tudo o que estiver ao seu alcance para a realização do jogo e providenciar, quando tal seja possível e exigível, no sentido de serem eliminadas as deficiências detetadas de modo a garantir a efetiva realização da competição – assegurando o interesse comum de realização do jogo;
- z)** Só poderão ter acesso à cabine dos árbitros os dirigentes do Conselho de Arbitragem, das Associações quando se trate de provas associativas, os

- oficiais A de cada Clube inscrito na lista de participantes, o Diretor de Campo, Delegado, Tutor e Observador quando devidamente identificados;
- aa)** Participar ao Conselho de Arbitragem qualquer anomalia ocorrida sob a sua esfera de ação no prazo regulamentar.
 - bb)** No final do jogo, desde que solicitado, facultar ao Delegado, informações acerca do Boletim de jogo;
 - cc)** Comunicar ao Conselho de Arbitragem, após a conclusão do jogo, o resultado do mesmo, informando, caso haja, a existência de relatório disciplinar ou de protesto de jogo;
 - dd)** Enviar à FAP ou Associação Regional, o Boletim de Jogo e/ou documentos anexos, imediatamente após o seu termo, nos termos definidos pelo Conselho de Arbitragem, garantindo em qualquer dos casos a confidencialidade do relatório de jogo e seus anexos, até que o mesmo seja objeto de análise pelos órgãos estatutários competentes;
 - ee)** Proceder com correção e urbanidade no exercício das suas funções e fora delas;
 - ff)** Manter uma conduta conforme os princípios desportivos de lealdade, probidade, verdade e retidão nos jogos e nas relações de natureza desportiva, económica e social e bom entendimento com todos os órgãos da hierarquia desportiva, clubes, dirigentes, treinadores e demais agentes desportivos;
 - gg)** Comparecer para depor em inquéritos, processos disciplinares ou protestos ou por outros motivos devidamente justificados, sempre que notificado ou convocado para o efeito;
 - hh)** Não emitir declarações ou opiniões públicas, em qualquer local e sem autorização prévia, sobre matérias relativas ao sistema específico da arbitragem e a qualquer jogo;
 - ii)** Abster-se da prática de atos na sua vida pública ou que nela se possam repercutir que se revelem incompatíveis com a dignidade e probidade no exercício das suas funções;
 - jj)** Abster-se de efetuar quaisquer apostas desportivas em jogos de andebol;
 - kk)** Cumprir as normas e regulamentos em vigor;
 - ll)** Guardar confidencialidade dos relatórios dos jogos, dos observadores e dos delegados;

- mm)** Entregar ao Conselho de Arbitragem qualquer cartão que lhe tenha sido concedido para ter livre acesso aos recintos desportivos, quando aplicada pena de suspensão ou requerida licença ou jubilação;
- nn)** Assinar o boletim de jogo, nele registando qualquer discordância quanto ao seu conteúdo e comunicar imediatamente esse facto, por escrito, ao Conselho de Arbitragem;
- oo)** Participar em reuniões, conferências, cursos, diligências ou outros eventos;
- pp)** Comparecer junto do Conselho de Arbitragem, por motivos justificados, sempre que notificado.
- qq)** Moderar a utilização das redes sociais não publicando nem comentando assuntos relacionados com a arbitragem ou com as competições, clubes, dirigentes, treinadores, jogadores e adeptos;
- rr)** Moderar a utilização de redes sociais não publicando nem comentando assuntos de foro clubístico mesmo que relacionados com outra modalidade desportiva;
- ss)** Solicitar autorização prévia ao Conselho de Arbitragem para prestar declarações a órgãos de comunicação social;
- tt)** Solicitar autorização prévia ao Conselho de Arbitragem para participar em eventos de cariz solidário ou comercial.

TÍTULO QUARTO

Do Estatuto

Artigo 24.º

Regime

- 1.** Os árbitros, oficiais de mesa, observadores, delegados, tutores e formadores da arbitragem exercem a sua atividade na qualidade de agentes desportivos amadores, no âmbito de inscrição desportiva na FAP.
- 2.** Os árbitros podem, sempre que o Conselho de Arbitragem autorize por escrito, exercer a sua atividade desportiva na qualidade de agentes desportivos profissionais e em exclusividade, nos termos previstos na Lei, nos regulamentos

e no âmbito do contrato a que se refere o artigo 28.º do Regime Jurídico das Federações Desportivas.

Artigo 25.º

Compensação

1. Os árbitros, oficiais de mesa, observadores, tutores, formadores e delegados têm direito a receber os valores e as importâncias colocadas à disposição pela FAP ou pelas Associações Regionais, no âmbito das competições por si organizadas.
2. O Conselho de Arbitragem e as Associações Regionais publicarão, no início de cada época desportiva, os valores a colocar à disposição, a título de complementos, prémios e despesas decorrentes da atividade dos quadros de arbitragem naquela época desportiva.
3. O Conselho de Arbitragem e as Associações Regionais devem, previamente à publicação da tabela de compensações e despesas aos quadros de arbitragem, ouvir a APAOMA sobre aquela proposta.

Artigo 26.º

Pagamentos

1. Os encargos, reembolso de despesas (refeições, deslocações e outros) e demais montantes colocados à disposição dos árbitros nos Campeonatos Nacionais, de todos os escalões, serão efetuados de acordo com as normas e critérios definidos pelo Conselho de Arbitragem, nos termos das disposições legais e fiscais em vigor.
2. A Federação de Andebol de Portugal deve colocar à disposição dos quadros de arbitragem os valores mensais devidos nos três meses subsequentes à realização da atividade para a qual foram nomeados.
3. O Conselho de Arbitragem poderá deliberar que os valores a colocar à disposição dos quadros de arbitragem sejam feitos diretamente pelo clube visitado antes do início do jogo.
4. No caso referido no número anterior, o Conselho de Arbitragem deve também aprovar regulamento específico com as normas e procedimentos para os pagamentos aos quadros de arbitragem.
5. O incumprimento do prazo estabelecido no n.º 2 não configura motivo atendível para os quadros de arbitragem se recusarem a desempenhar as suas funções.

Artigo 27.º

Licenças

1. Os árbitros, oficiais de mesa, observadores, tutores, formadores e delegados têm direito à concessão de licença em casos devidamente justificados e desde que, à data do requerimento, não tenham pendente qualquer processo disciplinar.
2. A licença concedida pode ser temporária ou de longa duração.
3. É considerada licença temporária a que compreenda período superior a 30 (trinta) dias e inferior a 60 (sessenta) dias e que não ultrapasse o final da época desportiva em que é concedida.
4. É considerada licença de longa duração a que tenha período superior ao referido no número anterior e inferior a 2 (duas) épocas desportivas ou que ultrapasse o final da época desportiva em que é concedida.
5. A licença de longa duração pode exceder o período referido no número anterior em caso de ausência do país se o seu beneficiário se tiver mantido em atividade.
6. A reintegração posterior a uma licença de longa duração pode ter lugar no início da época desportiva seguinte, desde que o requerimento seja efetuado até 30 (trinta) dias antes do final da época e o interessado cumpra as normas regulamentares estabelecidas.
7. O requerente ocupa a primeira vaga que ocorrer em consequência de jubilação.
8. Se o quadro no qual o interessado pretende a reintegração não se encontrar totalmente preenchido, a mesma pode ter lugar em qualquer momento da época desportiva, não podendo o interessado obter qualquer benefício em termos de classificação por este facto.
9. A atribuição das licenças temporária e de longa duração e a decisão de reintegração compete ao Conselho de Arbitragem.
10. Da concessão e do termo da licença é dado conhecimento à Associação Regional na qual o requerente se encontre filiado.

Artigo 28.º

Cessação definitiva

1. O Conselho de Arbitragem cessará definitivamente a atividade aos quadros de arbitragem que o requeiram.

2. O Conselho de Arbitragem cessará definitivamente a atividade ao quadro de arbitragem que ofenda o crédito, bom nome, imagem e reputação do Conselho de Arbitragem e/ou dos seus membros.
3. Oficiosamente, o Conselho de Arbitragem cessará definitivamente a atividade aos quadros de arbitragem que tenham sido considerados incapazes de a continuar, por entidade médica competente para avaliar as suas faculdades físicas, bem como àqueles que venham a ser condenados com decisão judicial definitiva e transitada em julgado, e ainda àqueles que sofreram decisões disciplinares definitivas consideradas como graves ou muito graves.
4. Os quadros de arbitragem a quem o Conselho de Arbitragem tenha oficiosamente cessado a atividade por terem sido considerados incapazes de a continuar, por entidade médica competente, não poderão voltar a fazer parte dos quadros de arbitragem até que a situação que lhe deu origem tenha sido comprovadamente ultrapassada através de atestação médica.
5. Todos os outros quadros de arbitragem a quem o Conselho de Arbitragem tenha oficiosamente cessado a atividade por terem sido condenados com decisão judicial definitiva e transitada em julgado, e ainda àqueles que sofreram decisões disciplinares definitivas consideradas como graves ou muito graves, só poderão voltar a integrar os quadros após cumprirem a pena que lhes foi aplicada e a frequência com aproveitamento de novas ações de formação.

Artigo 29.º

Jubilação

1. Tem direito a jubilar-se o árbitro, oficial de mesa, observador, tutor, formador e delegado que o requeira e desde que tenha exercido a atividade com mérito durante 12 (doze) épocas seguidas ou 15 (quinze) alternadas e não tenha sofrido pena de suspensão que exceda o total de 60 (sessenta) dias.
2. Tem ainda direito a jubilar-se o quadro de arbitragem que tenha tido a categoria de internacional europeu durante 6 épocas seguidas.
3. A jubilação é concedida na categoria detida à data do requerimento.
4. Os quadros de arbitragem jubilados têm direito a um cartão vitalício de livre ingresso aos jogos organizados pela FAP, nos termos previstos na regulamentação em vigor.

5. O pedido de jubilação é apresentado na Associação Regional de filiação do requerente que o submeterá, acompanhado de parecer seu e de todos os documentos probatórios, para aprovação pelo Conselho de Arbitragem.
6. O Conselho de Arbitragem pode conceder oficiosamente a jubilação ao quadro de arbitragem que reúna os requisitos mencionados nos números 1 e 2.
7. As vagas resultantes de jubilação ocorrida até 31 de dezembro da época da jubilação são preenchidas pelo melhor classificado não promovido do nível de acesso à respetiva categoria, sem prejuízo do n.º 7 do artigo 27.º.
8. O pedido de jubilação não suspende o processo classificativo se o árbitro já tiver elementos classificativos, nomeadamente os jogos mínimos previstos nas normas de classificação.

CAPÍTULO QUARTO

FORMAÇÃO E PROGRESSÃO

Artigo 30.º

Condição de exercício da atividade

Pode exercer a atividade de árbitro, oficial de mesa, observador, tutor, formador ou delegado quem obtenha qualificação necessária para o efeito, por conclusão, aproveitamento e classificação bastante nos cursos ou seminários ministrados pelos Conselhos de Arbitragem em coordenação com a Academia de Arbitragem.

Artigo 31.º

Princípios Gerais da Formação

1. A formação dos árbitros, oficiais de mesa, observadores, tutores, formadores e delegados é da competência do Conselho de Arbitragem e da Academia de Arbitragem, no âmbito e termos definidos nos programas de formação estabelecidos pela FAP e pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. para a modalidade.
2. Os cursos, ações de formação, estágios e seminários deverão proporcionar a todo o quadro de arbitragem competências que permitam o exercício qualificado de funções nas suas áreas específicas.
3. Sem prejuízo do estabelecido no número 1 no presente artigo, o Conselho de Arbitragem pode delegar competências ou protocolar com outras entidades, a realização de cursos e programas de formação dos Quadros de Arbitragem.

Artigo 32.º

Objetivos da formação

1. Os cursos, ações de formação, estágios e seminários organizados pelo Conselho de Arbitragem ou por este delegado noutras entidades, visam, nomeadamente o seguinte:
 - a) A aquisição e/ou aumento de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício da cada uma das funções dos quadros de arbitragem;

- b)** A melhoria da qualificação dos quadros de arbitragem, fornecendo-lhes um conjunto de competências adequadas ao desempenho das suas tarefas;
 - c)** Aumentar a qualidade da atividade dos quadros de arbitragem no âmbito do desempenho das respetivas funções;
 - d)** Permitir a avaliação de desempenho dos quadros de arbitragem, potenciando o seu desenvolvimento futuro;
 - e)** Estimular o autodesenvolvimento dos quadros de arbitragem;
 - f)** Garantir um nível uniforme de atuação dos quadros de arbitragem;
 - g)** Incentivar o respeito pelos valores éticos, educativos e culturais inerentes a uma correta prática desportiva;
 - h)** Articular a transmissão de conhecimentos com atividades práticas, designadamente através de estágios de aprendizagem;
 - i)** Dar uma formação mais abrangente, contemplando áreas diversificadas do saber além do conhecimento das Leis de Jogo e dos Regulamentos;
 - j)** Fomentar a especialização, o espírito de inovação e criatividade dos formandos.
- 2.** A Academia de Arbitragem do Conselho de Arbitragem da FAP deve, sempre que possível, descentralizar as iniciativas de formação na perspetiva de desenvolvimento regional e local, de modo a proporcionar condições de igualdade no acesso à formação, podendo estabelecer os respetivos níveis.
- 3.** O Conselho de Arbitragem deve aplicar métodos de formação contínua e acompanhada, fazendo recurso aos meios humanos e materiais disponíveis na FAP.

Artigo 33.º

Competências da Academia de Arbitragem

do Conselho de Arbitragem da FAP no âmbito da formação

Compete ao Conselho de Arbitragem e em particular à sua Academia de Arbitragem, no âmbito da formação dos quadros de arbitragem, em especial o seguinte:

- a)** Garantir um nível uniforme de formação a todos os quadros de arbitragem;
- b)** Promover a melhoria continua dos quadros de arbitragem, recorrendo ao uso de ferramentas e medidas apropriadas;

- c) Desenvolver a preparação técnica, física e mental dos árbitros, oficiais de mesa, observadores e delegados;
- d) Desenvolver o plano nacional de formação e progressão da carreira de árbitro, oficial de mesa e observador;
- e) Executar programas de captação, acolhimento, integração, deteção de talentos, apoio e projeção da arbitragem a nível nacional e internacional, formação e aperfeiçoamento;
- f) Aplicar métodos de formação contínua e acompanhada;
- g) Desenvolver e manter uma plataforma de ensino à distância que permita uma oferta formativa complementar e contínua;
- h) Promover e organizar ações de formação e reciclagem;
- i) Determinar os módulos e as matérias de aprendizagem e avaliação dos agentes da arbitragem;
- j) Coordenar com as Associações Regionais, os programas dos cursos dos árbitros, oficiais de mesa e observadores por estas organizados por delegação de competência do Conselho de Arbitragem;
- k) Certificar os cursos, ações de formação, estágios e seminários organizados pelas Associações Regionais;
- l) Lecionar cursos de formadores para constituição do seu corpo de formadores.

Artigo 34.º

Cursos e ações de formação

1. O processo de formação do quadro de arbitragem assenta na organização de cursos e ações de formação contínua.
2. Curso de formação é todo aquele que confere conhecimento técnico para o desempenho das funções de árbitro, oficial de mesa, observador, tutor, formador e delegado.
2. O curso de formação é composto por componentes teóricas e práticas.
3. Ação de formação é toda aquela que, não conferindo categoria técnica, proporciona ao quadro de arbitragem a especialização, a reciclagem e a atualização permanente de conhecimentos.
4. O curso de formação e as ações de atualização podem ser avaliados e contribuirão para o processo de avaliação final dos quadros de arbitragem.

5. Para o exercício da atividade de árbitro e oficial de mesa são realizados os seguintes cursos:
 - a) Curso de formação inicial para árbitros e/ou oficiais de mesa;
 - b) Curso de formação avançada para árbitros e/ou oficiais de mesa;
 - c) Curso de formação de elite para árbitros.
6. Para o exercício da atividade de observador, tutor, formador e delegado são realizados os seguintes cursos:
 - a) Curso de formação inicial para observador, tutor, formador e delegado;
 - b) Curso de formação avançada para observador, tutor, formador e delegado.
7. A participação nos cursos de formação inicial carece de prévia inscrição do candidato e de posterior admissão por parte do Conselho de Arbitragem.
8. Participarão nos cursos de formação avançada e de elite os quadros de arbitragem que para elas forem convocados pela Academia de Arbitragem ou pelo Conselho de Arbitragem.
9. Cabe à Academia de Arbitragem definir os módulos e as matérias a lecionar em cada curso, ação de formação, estágio ou seminário.
10. Nos cursos, ações de formação, estágios ou seminários para observadores, o Conselho de Arbitragem, para além de outros aspetos, deve ter em atenção todas e quaisquer matérias que possam contribuir para que a avaliação dos quadros de arbitragem possa ser desempenhada de modo uniforme, competente e responsável.

Artigo 35.º

Condições de acesso

1. As condições de acesso para a realização dos Cursos de Formação dos quadros de arbitragem obedecerão aos critérios e orientações da Academia de Arbitragem, em conjunto com o setor de formação da FAP.
2. Sem prejuízo do número anterior só poderão ser candidatos ao curso de formação inicial de árbitros e oficiais de mesa quem obedeça aos seguintes requisitos:
 - a) Requerer ao Conselho de Arbitragem a admissão no curso;
 - b) Ser nacional de um país comunitário ou beneficie do estatuto de dupla nacionalidade;
 - c) Ter o mínimo de catorze anos, no ano correspondente ao da realização do curso;

- d) Quando for menor de idade, juntar declaração dos pais, tutor ou encarregado de educação, autorizando-o para o efeito;
 - e) Residir, estudar ou ter atividade profissional na área do distrito da Associação Regional em que se inscreve;
 - f) Não sofrer de incapacidade civil, interdição ou inabilitação;
 - g) Não tenha sido condenado a pena de prisão efetiva, por sentença com trânsito em julgado;
 - h) Não tenha sofrido sanção disciplinar, em qualquer modalidade desportiva, com pena igual ou superior a noventa dias de suspensão;
 - i) Não seja portador de doença ou defeito físico incompatível com a prática da função na qual se inscreve;
 - j) Não se encontre em nenhuma situação de incompatibilidade prevista no presente regulamento.
- 3. Quando a candidatura seja aprovada, deve o candidato apresentar ainda os seguintes documentos:
 - a) Cartão de cidadão, bilhete de identidade, passaporte ou certidão de registo de nascimento;
 - b) Cartão de contribuinte, quando não for apresentado o cartão do cidadão;
 - c) Certificado do Registo Criminal quando exigido, podendo ser substituído por declaração de honra assinada pelo próprio;
 - d) Outros que sejam requeridos.
- 4. Sem prejuízo do disposto no número 1 do presente artigo, só poderá ser candidato ao curso de formação inicial de observadores quem cumprir com todos os requisitos enunciados nos números 2 e 3 deste artigo, e cumprir ainda com um dos seguintes requisitos:
 - a) Ser um quadro de arbitragem jubilado; ou,
 - b) Ser possuidor de curriculum desportivo de relevo que o Conselho de Arbitragem considere poder desempenhar as funções de observador;
- 5. Nos casos previstos na alínea b) do número anterior, o Conselho de Arbitragem deve dar preferência a antigos quadros de arbitragem, bem como solicitar parecer não vinculativo à APAOMA.
- 6. O acesso aos cursos de formação avançada e de elite para observador e/ou delegado é efetuado mediante convite do Conselho de Arbitragem.

Artigo 36.º

Seminários

Os seminários específicos são realizados pelo Conselho de Arbitragem e/ou pela Academia de Arbitragem.

CAPÍTULO QUINTO

INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

Artigo 37.º

Incompatibilidades e Impedimentos

1. Aos agentes de arbitragem é igualmente aplicável o regime estabelecido no artigo 15.º do presente regulamento.
2. O desempenho de funções nos quadros de arbitragem é incompatível com quaisquer outras funções, em simultâneo, no âmbito da modalidade, exceto com a função de atleta. No entanto:
 - a) O atleta, que desempenha a função de árbitro, não poderá dirigir encontros na prova que se encontra a disputar, nem em provas do escalão em que se encontra inscrito;
 - b) O atleta, que desempenha a função de árbitro, não poderá dirigir encontros da equipa em que joga, seja qual for o escalão;
 - c) Após o abandono da atividade como atleta, só poderá voltar a dirigir provas em que o seu ex-clubes participe duas épocas decorridas depois do abandono da atividade, salvo se a Secção Não Profissional do Conselho de Arbitragem entender de forma diferente.
3. São compatíveis entre si as atividades de observador, tutor, formador e delegado, cabendo ao Conselho de Arbitragem avaliar, caso a caso, a possibilidade de acumular funções.
4. O observador de categoria Nacional não pode pertencer cumulativamente à Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e de Avaliação de Reclamações (CILJAR).
5. O observador encontra-se impedido de exercer a sua função nas competições nacionais sempre que, em qualquer uma delas, intervenha um árbitro que com ele tenha relação de parentesco ou afinidade em linha reta ou colateral até ao terceiro grau.

6. A causa de incompatibilidade referida no número anterior é verificada no início de cada época, ficando o observador em causa suspenso da sua atividade a nível nacional durante a época desportiva em que se tenha verificado o impedimento.
7. Excecionalmente a Secção de Classificações do Conselho de Arbitragem poderá autorizar o exercício da atividade de observador abrangido pelo n.º 5 deste artigo, desde que a atividade desse observador seja apenas relativa a árbitros que estejam em níveis distintos daquele em que o parente atue.

Artigo 38.º

Impedimentos de Acesso e desempenho de função

Constituem fatores impeditivos de acesso e desempenho da atividade os quadros de Arbitragem que:

- a) Não possuam exame médico realizado e aprovado nos termos legais e regulamentares;
- b) Faltem aos testes de avaliação, sejam eles de avaliação de conhecimentos ou de avaliação da condição física;
- c) Cometam três faltas injustificadas, considerando-se falta injustificada a ausência, ou renúncia a um jogo para o qual foi nomeado.
- d) Estejam com processo disciplinar ou de inquérito a decorrer e desde que exista deliberação de suspensão preventiva.
- e) Não cumpram com as orientações oficiais do Conselho de Arbitragem.

Artigo 39.º

Idades Limite

1. A Idade limite de atuação dos quadros de arbitragem é:
 - a) 55 anos para a função de árbitro;
 - b) 65 anos para a função de oficial de mesa; e,
 - c) 70 anos para as funções de observador e de delegado.
2. Os limites de idade referidos no número anterior são aferidos no início de cada época desportiva, devendo todos os quadros de arbitragem que atinjam os referidos limites no decorrer de uma época desportiva permanecer em atividade até ao termo da mesma.
3. Os agentes que queiram permanecer nestas funções após a data limite estabelecida no ponto anterior, deverão requerer ao Conselho de Arbitragem da

FAP a permanência na função por períodos máximos de uma época Desportiva, renovável ou não.

4. As Associações Regionais, no caso de carência de quadros de arbitragem, podem autorizar os quadros de arbitragem a permanecer em atividade exclusivamente no âmbito regional após a idade limites para o exercício, desde que os interessados se encontrem em boas condições físicas para o efeito e demonstrem deter as capacidades técnicas necessárias.
5. No caso referido no número anterior, os limites de idade estabelecidos no n.º 1 deste artigo só poderão ser prolongados até 10 anos no máximo, obrigando-se as Associações Regionais que recorram a este mecanismo a desenvolver todos os esforços para recrutar novos árbitros e desde que aquele mecanismo não prejudique, de forma alguma, a evolução e progressão dos restantes quadros de arbitragem.

CAPÍTULO QUINTO

CATEGORIAS

TÍTULO PRIMEIRO

Árbitros

Artigo 40.º

Funções do árbitro

1. O árbitro é responsável por cumprir e fazer cumprir as regras de jogo, os regulamentos as diretrizes estabelecidas em circulares e/ou comunicados oficiais, bem como a demais legislação aplicável;
2. O árbitro também deve auxiliar o oficial de mesa e o delegado no desempenho das suas funções.
3. Salvo quando tenha sido nomeado um delegado ao jogo, os árbitros são a autoridade máxima no jogo.

Artigo 41.º

Categorias dos árbitros

1. O Conselho de Arbitragem cessará definitivamente a atividade aos quadros de arbitragem que o requeiram.
Existem três categorias de árbitros, a saber:
 - a) Regional;
 - b) Nacional; e,
 - c) Internacional.
2. Integram a categoria internacional todos os árbitros que pertençam às listas de árbitros da EHF e IHF, excluindo-se os que apenas integram programas de acesso às mesmas, como sejam os Young Referee Project.

Artigo 42.º

Categoria Regional

1. Possuem a categoria de Regional todos os árbitros em atividade que tiverem obtido aprovação no curso de formação inicial para árbitros e cumpram com todos os requisitos estabelecidos no presente regulamento.
2. Os árbitros da categoria de regional possuem dois níveis:
 - a) Nível 1: Estagiário Regional; e,
 - b) Nível 2: Regional.
3. Cabe a cada Associação Regional, em articulação com o Conselho de Arbitragem, estabelecer as normas de acesso e progressão na categoria de regional tendo em consideração as necessidades de cada uma delas.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, as Associações Regionais, devem submeter os árbitros a uma fase teórico-prática de formação, na qual ter-se-á em consideração para acensão do nível de estagiário para regional, entre outros, os seguintes fatores:
 - a) Número mínimo de jogos dirigidos; e,
 - b) Avaliação do árbitro.
5. O aproveitamento na fase teórico-prática é condição de admissão para o Nível Regional.

Artigo 43.º

Protocolo entre Associações Regionais

As Associações Regionais podem celebrar protocolos entre si destinados a permitir que árbitros, oficiais de mesa, tutores, formadores e observadores filiados na sua Associação intervenham em jogos de Associações Regionais congéneres, devendo a cópia do protocolo ser remetida para o Conselho de Arbitragem.

Artigo 44.º

Categoria Nacional

1. Possuem a categoria Nacional todos os árbitros em atividade que cumpram os requisitos de acesso à função definidos pelo Conselho de Arbitragem e se enquadrem nos níveis indicados no número seguinte.
2. Os árbitros da categoria de Nacional possuem um dos seguintes níveis:
 - a) Nível 1;

- b)** Nível 2;
 - c)** Nível 3; e,
 - d)** Nível 4.
- 3.** Os níveis da categoria Nacional estão por ordem crescente correspondendo o Nível 1 ao primeiro escalão, onde se integram, entre outros, os árbitros que ascenderam da categoria Regional, e o Nível 4 que integra os melhores árbitros da categoria Nacional.

Artigo 45.º

Composição dos níveis

- 1.** Os níveis das categorias Nacional terão a seguinte constituição:
 - a)** O nível 4 será constituído por um limite máximo de 15 (quinze) duplas;
 - b)** O nível 3 será constituído por um limite máximo de 40 (quarenta) árbitros;
 - c)** O nível 2 será constituído por um limite mínimo de 50 (cinquenta) árbitros;
 - d)** O nível 1 não tem limite.
- 2.** O Nível 4 apenas é composto por duplas, não podendo estar neste nível um árbitro isolado que forme dupla com um árbitro que integre nível diferente. Neste último caso, desce imediatamente ao Nível 3 o árbitro que não forme dupla com outro árbitro de Nível 4.
- 3.** Os árbitros da categoria Internacional integram um dos 4 níveis nacionais.
- 4.** Os árbitros da categoria Internacional podem ser despromovidos podendo nesse caso o Conselho de Arbitragem equacionar deixar de indicar aqueles árbitros à EHF ou IHF.

Artigo 46.º

Categoria Internacional

- 1.** Ascende à categoria Internacional o árbitro em atividade que, por proposta do Conselho de Arbitragem, integre a lista de árbitros designados para o efeito à EHF ou IHF e que integre os quadros de arbitragem destas entidades internacionais.
- 2.** Compete ao Conselho de Arbitragem propor anualmente a lista dos árbitros Internacionais para a EHF e IHF.

3. O Conselho de Arbitragem definirá anualmente a cada dupla com a categoria internacional os objetivos que esta deverá alcançar com vista à promoção da arbitragem portuguesa.
4. O Conselho de Arbitragem fará, no final da época desportiva, uma avaliação das prestações de cada uma das duplas internacionais, podendo, caso não tenham sido alcançados os objetivos propostos, não indicar na época seguinte a dupla ou árbitro na lista de árbitros a remeter à EHF e IHF, perdendo aquele(s) a categoria internacional.

Artigo 47.º

Acesso à categoria internacional

1. O Conselho de Arbitragem escolhe e comunica anualmente à EHF e à IHF os candidatos a obter qualificação internacional, sendo obrigatoriamente indicados os árbitros do Nível 4, com exceção das duplas do sexo feminino, que cumpram os critérios definidos pelo Conselho de Arbitragem.
2. Em conformidade com as normas de acesso à qualificação Internacional emanadas pela EHF ou IHF, só poderão ser indicados pelo Conselho de Arbitragem, os árbitros que cumpram cumulativamente com todos estes requisitos, nomeadamente:
 - a) Se encontrem no Nível 4;
 - b) Dominem preferencialmente a língua inglesa (oralidade e escrita);
 - c) Cumpram obrigatoriamente com todos os seus deveres elencados no presente regulamento e em especial se obriguem a entregar ao Conselho de Arbitragem relatórios de todos os eventos internacionais em que estejam presentes;
 - d) Concluam com aproveitamento, os cursos de qualificação organizados pela EHF e IHF;
 - e) Cumpram com os objetivos estipulados pelo Conselho de Arbitragem.
3. O Conselho de Arbitragem, para indicação dos árbitros para programas internacionais, poderão solicitar parecer à Academia de Arbitragem, tendo ainda e sempre em consideração o mérito, a experiência, o potencial, a personalidade e os resultados obtidos em cursos nacionais e internacionais.

Artigo 48.º

Acesso a programas internacionais

1. Sem prejuízo do exposto no número 1 do artigo anterior, poderão ser indicados pelo Conselho de Arbitragem a integrar programas internacionais (como o Young Referee Project) árbitros que reúnam os requisitos definidos pelas instâncias internacionais.
2. O Conselho de Arbitragem, para indicação dos árbitros para programas internacionais, poderá solicitar parecer à Academia de Arbitragem e terá sempre em consideração o mérito, a experiência, o potencial, a personalidade e os resultados obtidos em cursos nacionais e internacionais.
3. O Conselho de Arbitragem poderá fazer cessar, a todo o tempo, a participação de uma dupla ou árbitro em qualquer programa internacional.

Artigo 49.º

Atividade internacional

1. Os árbitros e delegados da categoria Internacional estão obrigados a elaborar um relatório detalhado de toda a atividade sempre que se desloquem fora do país para qualquer tipo de evento, nos termos definidos pelo Conselho de Arbitragem, podendo o referido relatório ser publicitado pelo Conselho de Arbitragem.
2. O relatório referido no número anterior deverá ser remetido para o Presidente do Conselho de Arbitragem no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o termo do evento.

Artigo 50.º

Constituição de Duplas

1. A responsabilidade pela constituição de uma dupla de árbitros da categoria Regional e a sua proposição para acesso à categoria Nacional é das Associações Regionais.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Conselho de Arbitragem pode propor oficiosamente a candidatura de um quadro de arbitragem da categoria de Regional a Nacional.
3. Cabe em exclusivo ao Conselho de Arbitragem a constituição das duplas de árbitros das categorias Nacional e Internacional.

4. Na constituição das duplas de árbitros, o Conselho de Arbitragem deve ter em consideração vários critérios, nomeadamente:
 - a) A qualidade e nível de cada um dos árbitros;
 - b) O relacionamento pessoal entre os dois árbitros;
 - c) O género de cada um dos árbitros;
 - d) A disponibilidade de cada um dos árbitros;
 - e) A estabilidade profissional, familiar e financeira de cada um dos árbitros;
 - f) O grau de conhecimento de cada pessoa, nomeadamente de línguas estrangeiras;
 - g) O encargo financeiro que representa a constituição da dupla.
5. Sempre que uma dupla seja constituída por árbitros de níveis diferentes, a Secção Não Profissional do Conselho de Arbitragem deve, para efeitos de nomeação, considerar a dupla como sendo do mesmo nível do árbitro que tiver o nível inferior.
6. No final da época desportiva, no caso de dupla formada por árbitros de níveis diferentes, se o árbitro de categoria inferior não obtiver classificação suficiente para subir de nível, então a dupla, caso se mantenha, deverá ser posicionada na época seguinte no escalão do árbitro de nível inferior, com a ressalva do disposto no n.º 5 do artigo 51.º.
7. Compete ao Conselho de Arbitragem decidir sobre a integração ou permanência na categoria e nível do árbitro que não tem dupla formada.
8. Após a separação de uma dupla de arbitragem e na impossibilidade de reconstituição definitiva de nova dupla, o árbitro continua a desempenhar as suas funções com recurso a árbitros de qualquer categoria e nível que estejam temporariamente disponíveis.

Artigo 51.º

Promoção e Despromoção

1. No início de cada época desportiva serão preenchidas, pelos critérios a seguir definidos, as seguintes vagas em cada uma das categorias e do respetivo número de duplas candidatas:
 - a) Nível 4:
 - i. São despromovidas ao Nível 3 as duas duplas com pior classificação do Nível 4.
 - ii. As duas duplas melhor classificadas do Nível 3 são promovidas ao Nível 4.

b) Nível 3:

- i. São despromovidas ao Nível 2 as duas duplas com pior classificação do Nível 3.
- ii. As duas duplas melhor classificadas do Nível 2 são promovidas ao Nível 3.

c) Nível 2:

- i. São despromovidas ao Nível 1 as duas duplas com pior classificação do Nível 2.
- ii. Ascendem ao Nível 2 todas as duplas que o Conselho de Arbitragem deliberar reunirem condições para o efeito.

d) Nível 1:

- i. É constituído por todas as duplas candidatas e aprovadas para a categoria Nacional que não se posicionam nos níveis superiores (Níveis 2, 3 e 4), e todas as outras nacionais ou regionais indicadas pelo Conselho de ou propostos pelas respetivas Associações Regionais a que pertencem.
- ii. São despromovidos à categoria Regional os árbitros que o Conselho de Arbitragem considerar não reunirem condições para integrarem o Nível 1.

- 2. Para efeitos de promoção e despromoção é considerada a média obtida pela dupla e não a de cada árbitro *per se*.
- 3. São despromovidos à categoria Regional os árbitros da categoria Nacional que não cumpram com os requisitos estabelecidos no início de cada época desportiva, definidos e publicados em circular pelo Conselho de Arbitragem.
- 4. São despromovidos para o nível abaixo os árbitros que sejam punidos com pena de suspensão igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- 5. Apenas é possível perder um nível em cada época desportiva.
- 6. Em caso de requerimento de jubilação, de cessação definitiva da atividade ou de pedido de licença de longa duração por parte de um árbitro, antes do início da época desportiva, as vagas em aberto deverão ser ocupadas, por duplas candidatas ao nível em questão na época anterior, segundo os critérios definidos no n.º 1 deste artigo.
- 7. Aos quadros integrados no nível 3 é exigido um mínimo de permanência de duas épocas seguidas ou interpoladas na categoria, para ascender ao nível seguinte.
- 8. Não determina a perda imediata de categoria os seguintes factos:

- a) Ausência no estrangeiro por motivos de formação ou profissionais devidamente comprovados;
 - b) Doença ou inaptidão médica de longa duração, devidamente comprovada.
- 9. Perde a categoria aquele que se encontrar numa das situações previstas no número anterior durante duas épocas desportivas consecutivas.

Artigo 52.º

Protocolo com Federações Estrangeiras

- 1. Quando celebrado entre o Conselho de Arbitragem, a FAP e uma Federação congénere protocolo destinado a permitir o intercâmbio de serviços em condições de igualdade, pode:
 - a) O árbitro, inscrito na FAP, participar em competições e torneios no estrangeiro;
 - b) O árbitro, inscrito na federação congénere, participar em competições nacionais;
 - c) O formador nacional exercer as suas funções no âmbito do processo de formação de árbitros e observadores no estrangeiro;
 - d) O formador estrangeiro exercer as suas funções no âmbito do processo de formação de árbitros e observadores, em colaboração com a Academia de Arbitragem do Conselho de Arbitragem;
 - e) O quadro de arbitragem que, embora filiado na FAP, se encontre no estrangeiro por motivos de formação ou profissionais, exercer a atividade de árbitro no estrangeiro;
 - f) O quadro de arbitragem que, embora filiado em federação estrangeira se encontre em Portugal, por motivos de formação ou profissionais, exercer a respetiva atividade de árbitro nas competições nacionais.

Artigo 53.º

Quadros de arbitragem em mobilidade no âmbito do ensino superior

- 1. O quadro de arbitragem que se encontre em Portugal por um período não inferior a 3 (três) meses, na sequência de programas de mobilidade no âmbito do ensino superior, pode participar nas competições nacionais e/ou distritais desde que o Conselho de Arbitragem, verificando a inexistência de situação grave e

inconveniente, assim o delibere indicando as competições em que o interessado pode atuar.

2. O requerimento dirigido ao Presidente do Conselho de Arbitragem é instruído com os seguintes documentos:
 - a) Declaração da federação de origem comprovativa do nível em que o interessado se encontra, autorizado a exercer a sua atividade em Portugal;
e,
 - b) Comprovativo da detenção das condições para atuar no país de origem.

Artigo 54.º

Preenchimento de vagas

1. As vagas eventualmente existentes, qualquer que seja o motivo, serão preenchidas aquando do preenchimento das categorias e níveis, pelo(s) árbitro(s) melhor classificado(s).
2. Sempre que a classificação de uma dupla importe a sua despromoção de nível ou categoria, não pode, em caso algum, a mesma manter-se no mesmo nível, seja por que motivo for e será sempre despromovida.

TÍTULO SEGUNDO

Oficiais de Mesa

Artigo 55.º

Funções dos oficiais de mesa

1. O oficial de mesa é responsável por cumprir e fazer cumprir as regras de jogo, os regulamentos, as diretrizes estabelecidas em circulares e/ou comunicados oficiais, bem como demais legislação aplicável;
2. O oficial de mesa deve auxiliar os árbitros e o delegado no desempenho das suas funções.

Artigo 56.º

Categorias dos oficiais de mesa

Os oficiais de mesa têm uma das seguintes categorias:

- a) Regional; e,
- b) Nacional.

Artigo 57.º

Oficial de mesa da categoria Regional

Qualquer pessoa que cumprir com aproveitamento o curso inicial de oficial de mesa e se encontre em atividade possui a categoria Regional.

Artigo 58.º

Oficial de mesa da categoria Nacional

1. Possui a categoria Nacional todos os oficiais de mesa em atividade que cumpram os requisitos de acesso à função definidos pelo Conselho de Arbitragem.
2. Ascende à categoria Nacional o Oficial de Mesa proposto pela Associação Regional em que se encontra filiado, que tenha aproveitamento no curso de formação avançada para oficiais de mesa e que cumpra com os requisitos estabelecidos pelo Conselho de Arbitragem.
3. O Conselho de Arbitragem pode propor oficiosamente a candidatura de um oficial

de mesa da categoria de Regional para a categoria Nacional.

Artigo 59.º

Clube Responsável por Oficial de Mesa (CROM)

1. A Academia de Arbitragem ministrará formação específica a pessoas indicadas pelos clubes para efeitos de poderem, nos termos do Regulamento das funções de oficiais de mesa de clubes CROM (clube responsável por oficial de mesa), desempenhar as funções de oficial de mesa.
2. O Conselho de Arbitragem pode, sempre que os regulamentos da FAP o permitirem, não nomear oficial de mesa, sendo essa função desempenhada por pessoas, devidamente habilitadas para o efeito, indicadas pelos clubes no âmbito do protocolo de Clube Responsável por Oficial de Mesa (CROM) e nos termos do Regulamento a que se alude no n.º1.
3. Apenas podem desempenhar as funções de oficial de mesa no âmbito do protocolo de Clube Responsável por Oficial de Mesa (CROM) as pessoas que tenham aproveitamento no curso referido no n.º 1 e que se encontrem devidamente habilitadas para o efeito.
4. Todos os clubes devem indicar pessoas suficientes, devidamente habilitadas para o exercício de oficial de mesa, no âmbito do protocolo de Clube Responsável por Oficial de Mesa (CROM), de modo a satisfazer as necessidades de todas as competições em que intervenham.
5. A Academia de Arbitragem pode, se assim o entender, delegar os poderes previstos no n.º 1 noutra pessoa singular ou coletiva, nomeadamente, na APAOMA.

Artigo 60.º

Promoção e Despromoção

1. O Conselho de Arbitragem divulga no início de cada época desportiva o número de vagas existentes para a categoria Nacional e efetua o seu preenchimento de acordo com as necessidades.
2. São despromovidos à categoria Regional os oficiais de mesa da categoria Nacional que não cumpram com os requisitos estabelecidos no início de cada época desportiva, definidos e publicados pelo Conselho de Arbitragem.
3. São despromovidos para a categoria Regional os oficiais de mesa que sejam punidos com pena de suspensão igual ou superior a 30 (trinta) dias;

4. Não determina a perda de categoria os seguintes factos:
- a) Ausência no estrangeiro por motivos de formação ou profissionais, devidamente comprovados;
 - b) Por doença ou inaptidão médica de longa duração, devidamente comprovada.

Artigo 61.º

Nomeação dos oficiais de mesa

1. A Secção Não Profissional do Conselho de Arbitragem nomeará oficiais de mesa da categoria Nacional para os jogos da Primeira Divisão de Seniores Masculinos e Femininos.
2. Nos restantes jogos das competições nacionais as funções de oficial de mesa serão desempenhadas por pessoas, devidamente habilitadas para o efeito, indicadas pelos clubes no âmbito do protocolo de Clube Responsável por Oficial de Mesa (CROM) e nos termos do Regulamento referido no artigo 59.º.
3. O Conselho de Arbitragem pode, sempre que o entender, nomear oficial de mesa da categoria Nacional para outros jogos que não os referidos no n.º 1, caso em que será esta a desempenhar as funções e não a pessoa indicada pelo Clube Responsável por Oficial de Mesa (CROM).

TÍTULO TERCEIRO

OBSERVADORES

Artigo 62.º

Funções dos observadores

1. O observador é a pessoa qualificada com técnicas de bem observar a quem se atribui a missão de analisar e classificar o trabalho dos árbitros e dos oficiais de mesa no desempenho da respetivas funções.
2. Constituem requisitos para o exercício das funções de observador a imparcialidade, a descrição, a objetividade, a disponibilidade e os conhecimentos técnicos e regulamentares.
3. Compete ao observador elaborar um Relatório de Observação que deve expressar, o mais objetivamente possível, o trabalho desenvolvido pelos árbitros durante o jogo.
4. O observador deve esforçar-se por conseguir um juízo tão perfeito quanto possível sobre as capacidades do árbitro no presente e as suas possibilidades futuras.
5. As observações não devem ser consideradas negativamente, devendo o observador conceder aos árbitros o benefício da dúvida sempre que, em matéria de facto, as decisões resultem de um critério de apreciação pessoal, mas, em contrapartida, ser rigoroso nos casos em que as regras de jogo e os regulamentos sejam fortemente violadas.
6. O observador tem de elaborar um Relatório de Observação que tem por finalidades essenciais:
 - a) Pontuar os árbitros com vista à sua classificação no final de cada época;
 - b) Elucidá-los sobre as suas atuações, relevando aquilo que fizeram corretamente e também os erros cometidos, permitindo-lhes assim a possibilidade de formação contínua e aperfeiçoamento constante da técnica de bem arbitrar;
 - c) Permitir ao Conselho de Arbitragem avaliar a forma momentânea em que se encontra cada árbitro, pelo que o relatório de observação deve ser devidamente fundamentado, possibilitando assim ao Conselho de

Arbitragem e à Academia de Arbitragem trabalhar com os árbitros com vista a corrigir eventuais erros.

7. Sempre que a Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem entender nomear um observador para num determinado jogo desempenhar igualmente as tarefas de delegado, este acumulará ambas as funções.

Artigo 63.º

Categorias de Observadores

1. Os observadores terão uma das seguintes categorias:
 - a) Regional; e,
 - b) Nacional.
2. Os Observadores poderão ser classificados em cada época desportiva, dentro da sua categoria, de acordo com os critérios definidos pelo Conselho de Arbitragem, e divulgados em circular no início de cada época desportiva, devendo ser igualmente publicadas as listas nominais.

Artigo 64.º

Observadores da Categoria Regional

1. Possuem a categoria de Regional todos os observadores em atividade que tiverem obtido aprovação no curso de formação inicial para observadores e cumpram com todos os requisitos estabelecidos no presente regulamento.
2. Poderão ainda desempenhar as funções de observadores da categoria Regional, os árbitros da categoria Internacional e os do Nível 4 da categoria Nacional.
3. A título excecional, caso uma Associação Regional não tenha nos seus quadros qualquer árbitro de Nível 4, poderá desempenhar as funções de observador Regional um árbitro no ativo que tenha o Nível 3.
3. Para efeitos do disposto nos números 2 e 3 deste artigo, as Associações Regionais devem requerer ao Conselho de Arbitragem autorização para o efeito, juntando declaração de aceitação do competente árbitro.

Artigo 65.º

Observadores da Categoria Nacional

1. Possuem a categoria Nacional todos os observadores em atividade que cumpram os requisitos de acesso à função definidos pelo Conselho de Arbitragem da FAP e se enquadrem nos níveis indicados no número seguinte.

2. Sempre que o quadro de observadores com a categoria Nacional seja constituído por 30 (trinta) ou mais observadores, a Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem terá de dividir os mesmos nos seguintes níveis:
 - a) Nível 1; e,
 - b) Nível 2.
3. Caso o quadro de observadores da categoria Nacional seja inferior a 30 (trinta) observadores, os mesmos integram todos o mesmo Nível, podendo, no entanto, a Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem deliberar dividir os mesmos de acordo com o disposto no número anterior.
4. Os níveis da categoria Nacional estão por ordem crescente correspondendo o Nível 2 aos melhores observadores assim definidos pelo Conselho de Arbitragem.

Artigo 66.º

Composição dos níveis

1. O Nível 2 é composto pelos observadores que a Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem entenda, de acordo com critérios por si definidos, deverem estar naquele nível.
2. O Nível 1 integra todos os observadores da categoria Nacional que não sejam de Nível 2.
3. Os observadores/delegados que integram os quadros da EHF e IHF, podem ser despromovidos podendo neste caso o Conselho de Arbitragem equacionar deixar de indicar aquele observador/delegado à EHF ou IHF.
4. A Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem selecionará, de entre os observadores da categoria Nacional de Nível 2, um grupo restrito que atuará, preferencialmente, na observação dos árbitros de Nível 4.

Artigo 67.º

Acessos

1. O Conselho de Arbitragem pode efetuar convites para que pessoas integrem o curso de formação inicial para observadores, tutores, formadores e delegados, os quais só ficarão aptos para o desempenho das respetivas funções após obterem aprovação nos respetivos cursos de formação inicial.
2. O curso de formação inicial para observadores que inclui uma prova de aptidão técnica e os critérios de seriação dos candidatos à categoria Nacional é obrigatório

e constitui um dos meios de acesso, podendo o Conselho de Arbitragem definir outros meios de acesso para além deste.

3. O Conselho de Arbitragem informa e publica, no início de cada época desportiva, a constituição do quadro de observadores da categoria Nacional e respetivos níveis.

Artigo 68.º

Perda de Categoria

1. Determina a perda de categoria Nacional:
 - a) A não observância dos critérios definidos anualmente pelo Conselho de Arbitragem;
 - b) O ter sido punido com pena de suspensão, igual ou superior a 30 (trinta) dias.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, não determina a perda de categoria os seguintes factos:
 - a) Ausência no estrangeiro por motivos de formação ou profissionais, devidamente comprovados;
 - b) Por doença ou inaptidão médica de longa duração, devidamente comprovada.

Artigo 69.º

Observação

1. O Conselho de Arbitragem publica anualmente as orientações técnicas e administrativas para os observadores.
2. A nomeação dos observadores é pública.
3. O observador contacta a dupla de árbitros observada no final do jogo, realçando os aspetos a manter e a aperfeiçoar em futuras arbitragens, dando conhecimento aos árbitros do seu relatório de observação;
4. O observador desempenha as suas tarefas de observação em local adequado na bancado do público, sendo que sempre que acumular funções de delegado, se sentará na mesa reservada para os oficiais de mesa, realizando também aí as tarefas do observador.
5. O observador que não acumule funções de delegado, desempenha as suas funções num outro lugar no recinto desportivo, diferente da mesa reservada aos oficiais de mesa.

6. Os relatórios de observação deverão obrigatoriamente dar entrada nos serviços do Conselho de Arbitragem da FAP, no prazo máximo de cinco dias úteis após a data do jogo, devendo a entrega ser efetuada através dos meios informáticos ao dispor para o endereço de correio eletrónico disponibilizado para o efeito pelo Conselho de Arbitragem.

Artigo 70.º

Deveres específicos dos observadores

São deveres específicos do observador:

- a) Usar de todos os meios proporcionados para aperfeiçoar os seus próprios conhecimentos das leis de jogo e dos regulamentos;
- b) Elaborar os relatórios de observação sobre os desempenhos dos árbitros e dos oficiais de mesa;
- c) Garantir a confidencialidade dos relatórios de observação, sem prejuízo do disposto no número 3 do artigo 69.º;
- d) Respeitar o dever de urbanidade para com os árbitros e oficiais de mesa;
- e) Prestar à Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem todos os esclarecimentos necessários à boa compreensão e fundamentação do teor dos relatórios de observação;
- f) Participar em todas as ações de formação, aperfeiçoamento e avaliação, bem como em todos os testes para que tenha sido convocado.
- g) Analisar e avaliar objetivamente o desempenho dos árbitros e dos oficiais de mesa;
- h) Detetar os pontos fortes e áreas de desenvolvimento dos árbitros;
- i) Motivar os árbitros e oficiais de mesa.

Artigo 71.º

Cessação oficiosa de funções de observador

1. O Conselho de Arbitragem pode, sempre que entenda que um observador não reúne as competências e qualidades mínimas exigíveis para o desempenho da função, cessar as funções daquele.

2. A cessação oficiosa de funções por parte do Conselho de Arbitragem implica a proibição de reinscrição daquela pessoa nas funções de observador nas duas épocas desportivas subsequentes.
3. A cessação oficiosa de funções de observador por parte do Conselho de Arbitragem não impede aquela pessoa de se inscrever e desempenhar outras funções na modalidade.

TÍTULO QUINTO

DELEGADOS

Artigo 72.º

Funções do delegado

1. O delegado ao jogo é a mais alta entidade no recinto desportivo, servindo como elemento de ligação do Conselho de arbitragem com o próprio jogo e todos os seus intervenientes, sendo a gestão da sua função totalmente da responsabilidade do Conselho de Arbitragem.
2. Só poderá exercer a função de delegado quem possua formação específica para o efeito.
3. Em caso de necessidade o Conselho de Arbitragem ou a Academia de Arbitragem poderá promover cursos de delegados, antes ou no decorrer das épocas desportivas, no âmbito e termos definidos nos programas de formação mencionados no artigo 31.º do presente regulamento.
4. O delegado poderá acumular funções de observador da dupla de árbitros no jogo em que está nomeado, classificando-a de acordo com as normas e critérios definidos pelo Conselho de Arbitragem, desde que para tal esteja também habilitado com o curso de observador.

Artigo 73.º

Nomeação

1. Compete à Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem fazer a nomeação dos delegados.
2. Os membros do Conselho de Arbitragem poderão, por inerência de funções, exercer funções de delegado.
3. Não poderá desempenhar as funções de delegado todo aquele que tenha um seu familiar até ao segundo grau da linha colateral a desempenhar as funções de árbitro, oficial, treinador ou jogador no jogo para que foi nomeado.

Artigo 74.º

Composição e definição do quadro

1. Constitui fator preferencial para a composição do quadro de delegados ter desempenhado funções na Arbitragem.
2. Constituem requisitos para o exercício das funções de delegado a imparcialidade, a descrição, a objetividade, a disponibilidade e os conhecimentos técnicos e regulamentares.

Artigo 75.º

Acessos

1. A idade limite para a função de Delegado é de 65 anos.
2. Os agentes que queiram permanecer nestas funções após a data limite estabelecida no ponto anterior, deverão requerer ao Conselho de Arbitragem a sua permanência na função por período máximo de uma época desportiva, renovável ou não.
3. A prova de aptidão técnica e os critérios de seriação dos candidatos ao Quadro de Delegados é obrigatória e constitui o único meio de acesso ao mesmo.
4. O Conselho de Arbitragem informa e publicita a constituição do quadro de Delegados.

Artigo 76.º

Perda de Categoria

1. Determina a perda de categoria de delegado a não observância dos critérios definidos pelo Conselho de Arbitragem.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, não determina a perda de categoria os seguintes factos:
 - a) Ausência no estrangeiro por motivos de formação ou profissionais devidamente comprovados;
 - b) Por doença ou inaptidão médica de longa duração, devidamente comprovada.

Artigo 77.º

Competências do delegado

As funções e competências do Delegado em representação do Conselho de Arbitragem são definidas e publicitadas por este órgão social da FAP.

Artigo 78.º

Cessação oficiosa de funções de delegado

1. O Conselho de Arbitragem pode, sempre que entenda que um delegado não reúne as competências e qualidades mínimas exigíveis para o desempenho da função, cessar as funções daquele.
2. A cessação oficiosa de funções por parte do Conselho de Arbitragem implica a proibição de reinscrição daquela pessoa nas funções de delegado nas duas épocas desportivas subsequentes.
3. A cessação oficiosa de funções de delegado por parte do Conselho de Arbitragem não impede aquela pessoa de se inscrever e desempenhar outras funções na modalidade.

TÍTULO TERCEIRO

TUTORES

Artigo 79.º

Funções do tutor

1. O tutor é a pessoa qualificada com técnicas de bem observar e formar a quem o Conselho de Arbitragem atribui a missão de formar durante um determinado período de tempo uma ou mais duplas de árbitros.
2. Constituem requisitos para o exercício das funções de tutor a imparcialidade, a descrição, a objetividade, a disponibilidade e os conhecimentos técnicos e regulamentares.
3. Compete ao tutor acompanhar a dupla de árbitros que esteja sob sua responsabilidade e orientação, dando-lhe a formação adequada em várias vertentes para que esta possa melhorar significativamente a sua qualidade.
4. Ao tutor compete trabalhar especificamente com a dupla de árbitros, entre outros que considere pertinentes, os aspetos técnicos, físicos, de conhecimento das regras, comportamentais e de personalidade.
5. O tutor deve elaborar um Relatório de Tutoria com periodicidade mensal que deve expressar, o mais objetivamente possível, o trabalho desenvolvido com cada dupla de árbitros.
6. O tutor deve esforçar-se por traduzir no Relatório de Tutoria Final um juízo tão perfeito quanto possível sobre as reais capacidades de cada um dos árbitros e as suas possibilidades futuras.
7. O tutor tem de elaborar um Relatório de Tutoria que tem por finalidades essenciais:
 - a) Avaliar qualitativamente os árbitros com vista à sua classificação no final de cada época;
 - b) Elucidá-los sobre as suas atuações, relevando aquilo que fizeram corretamente e também os erros cometidos, permitindo-lhes assim a possibilidade de formação contínua e aperfeiçoamento constante da técnica de bem arbitrar;
 - c) Permitir ao Conselho de Arbitragem avaliar a forma momentânea em que

se encontram;

- d) Possibilitar ao Conselho de Arbitragem conhecer o real valor dos árbitros, inclusive fora de campo, e saber da possibilidade de progressão na carreira por parte dos mesmos.

8. Os membros do Conselho de Arbitragem podem desempenhar as funções de tutores;
9. O tutor pode acumular as funções de delegado ou observador quando para tal for também nomeado pela Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem.

Artigo 80.º

Acessos e publicitação da lista de tutores

1. Cabe em exclusivo ao Presidente do Conselho de Arbitragem efetuar convites para o desempenho das funções de tutor.
2. O Conselho de Arbitragem indicará a cada um dos tutores qual ou quais as duplas que cada um acompanhará, bem como os objetivos que são pretendidos para cada um dos árbitros.
3. O Conselho de Arbitragem publicitará no início da época desportiva, a lista dos tutores e os árbitros que cada um acompanhará.

Artigo 81.º

Atividade dos tutores

1. O Conselho de Arbitragem não faz a nomeação dos tutores, cabendo a cada tutor, acompanhar as duplas que lhe foram indicadas do modo que considere ser mais adequado para o desenvolvimento e progresso dos árbitros.
2. Os árbitros e oficial de mesa podem deslocar-se para os jogos na companhia do tutor.
3. Para o desempenho da sua atividade, o tutor pode filmar os jogos dos árbitros, devendo dar conhecimento dessa pretensão ao Diretor de Campo que indicará o melhor local para esse efeito.
4. O Tutor pode ainda desenvolver com os árbitros outras atividades científicas que ajudem no estudo das capacidades de cada árbitro.
5. O tutor deve desenvolver a sua atividade de forma isolada, estando-lhe vedada a realização de quaisquer ações com terceiros sem o prévio consentimento do Conselho de Arbitragem.

Artigo 82.º

Árbitros submetidos a tutorias

1. Os árbitros das categorias Internacional e Nacional do Nível 4 não podem estar submetidos a tutorias.
2. Apenas os árbitros da categoria Nacional dos Níveis 1, 2 e 3 podem ser acompanhados por tutor.
3. A seleção dos árbitros sob acompanhamento de tutor cabe em exclusivo ao Conselho de Arbitragem e Academia de Arbitragem.
4. Os árbitros que fizerem parte do projeto de tutoria ficarão impossibilitados de ser avaliados pelo corpo de observadores do Conselho de Arbitragem da Federação de Andebol de Portugal e, por essa razão, não terão classificação final naquela época desportiva, não podendo ascender ou descer de categoria.
5. Os árbitros que aceitarem integrar o projeto de tutoria devem assinar declaração escrita onde expressem essa sua vontade.
6. Os árbitros podem recusar o acompanhamento por tutor.

Artigo 83.º

Cessação oficiosa de funções de tutor

1. O Conselho de Arbitragem pode, sempre que entenda que um tutor não reúne as competências e qualidades mínimas exigíveis para o desempenho da função, cessar as funções daquele.
2. A cessação oficiosa de funções de tutor por parte do Conselho de Arbitragem não impede aquela pessoa de se inscrever e desempenhar outras funções na modalidade.

CAPÍTULO SÉTIMO

NOMEAÇÕES

Artigo 84.º

Nomeações

1. O Conselho de Arbitragem faz, nos termos definidos nos números seguintes, a nomeação de todos os quadros de arbitragem para todas as provas definidas no Calendário Nacional e todas as outras que a FAP indicar durante a época desportiva, devidamente enquadradas no seu orçamento.
2. Os árbitros e oficiais de mesa que se encontrem disponíveis são nomeados para os jogos das competições organizadas pela FAP pela Secção Não Profissional do Conselho de Arbitragem.
3. Os observadores e delegados que se encontrem disponíveis são nomeados para os jogos das competições organizadas pela FAP pela Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem.
4. O Conselho de Arbitragem pode delegar nas Associações Regionais a responsabilidade pela nomeação de árbitros e oficiais de mesa para os jogos das competições dos escalões de formação nacionais e para torneios.
5. Sempre que o quadro de árbitros e oficiais de mesa da categoria nacional não seja suficiente para cobrir todos os jogos das competições nacionais, a Secção Não Profissional do Conselho de Arbitragem recorrerá, em primeira instância, à nomeação de outros com a categoria de regional e, em última instância, poderá nomear um árbitro apenas para os jogos dos escalões de formação mais baixos.
6. Nenhum árbitro, oficial de mesa, observador e delegado pode deixar de ser designado em razão da sua filiação regional ou preferência clubista.
7. Não são admitidos quaisquer tipos de veto à nomeação dos árbitros, oficiais de mesa, observadores, tutores, formadores e delegados.

Artigo 85.º

Nomeações pelas Associações Regionais

1. Após publicação no Portal das nomeações do Conselho de Arbitragem, as Associações Regionais poderão nomear os árbitros e oficiais de mesa pertencentes à categoria Nacional para jogos do calendário regional.
2. Os árbitros e oficiais de mesa não podem recusar desempenhar as suas funções nos jogos para os quais sejam nomeados pelas Associações Regionais, salvo se existir justo fundamento para tal.
3. Sempre que um árbitro ou oficial de mesa falte a um jogo para o qual foi nomeado pela Associação Regional, a Direção desta deve comunicar imediatamente essa situação ao Conselho de Arbitragem.

ARTIGO 86.º

Critérios de nomeação dos árbitros e oficiais de mesa

1. A nomeação de árbitros e oficiais de mesa pela Secção Não Profissional do Conselho de Arbitragem obedece aos seguintes critérios:
 - a) A classificação obtida na época anterior;
 - b) Avaliação de desempenho na época em curso;
 - c) Grau de dificuldade do jogo em causa; e,
 - d) O custo financeiro da nomeação.
2. Os jogos da Primeira Divisão Masculina serão preferencialmente arbitrados pelas duplas de Nível 4, podendo, no entanto, a Secção Não Profissional igualmente nomear, a título excecional, duplas de Nível 3.
3. A Secção Não Profissional pode retirar temporariamente das designações o árbitro ou oficial de mesa que haja incorrido numa das seguintes situações, por si comprovadas oficiosamente ou mediante denúncia apresentada por clube interveniente no jogo em causa:
 - a) Tenha cometido grave erro técnico, devidamente comprovado através de relatório do observador ou delegado, podendo haver recurso a meios audiovisuais quando se trate de questões com implicação de natureza disciplinar;
 - b) Tenha cometido sucessivos erros técnicos e/ou disciplinares, mesmo que não constantes do relatório do observador;

- c) Apresente deficiente condição física, devidamente verificada através do relatório do observador ou de teste realizado para o efeito;
 - d) Tenha posto em causa, por qualquer forma, designadamente através de declarações públicas, a estabilidade, isenção e dignidade da arbitragem globalmente considerada, bem como dos seus órgãos e titulares;
 - e) Tenha violado, culposamente, as obrigações constantes do presente regulamento;
 - f) Não cumprir, de forma reiterada, as atividades ou tarefas definidas pela Secção Não Profissional;
 - g) Tenha sido denunciada violação grave dos seus deveres pelo Conselho de Disciplina.
- 4. A denúncia de violação de deveres efetuada por clubes não prejudica a designação de um árbitro ou oficial de mesa, salvo quando o Conselho de Disciplina ordene a sua suspensão preventiva.

ARTIGO 87.º

Critérios de nomeação dos observadores e delegados

- 1. A nomeação de observadores e delegados pela Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem obedece aos seguintes critérios:
 - a) O desempenho realizado na época anterior;
 - b) Avaliação de desempenho na época em curso;
 - c) Grau de dificuldade do jogo em causa; e,
 - d) O custo financeiro da nomeação.
- 2. A Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem deve nomear os observadores para os árbitros adentro do mesmo Nível adotando o mais possível os princípios da equidade.
- 3. A Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem pode retirar temporariamente das designações o observador ou delegado que haja incorrido numa das seguintes situações, por si comprovadas oficiosamente ou mediante denúncia apresentada por árbitro, oficial de mesa ou clube interveniente no jogo em causa:
 - a) Tenha cometido ou permitido grave erro técnico, devidamente comprovado através da observação in loco por um elemento do Conselho de Arbitragem, ou através de relatório de observador ou delegado, podendo haver recurso

- a meios audiovisuais quando se trate de questões com implicação de natureza disciplinar;
- b)** Tenha cometido sucessivos erros técnicos e/ou disciplinares, mesmo que não constantes do relatório do observador ou delegado;
 - c)** Tenha posto em causa, por qualquer forma, designadamente através de declarações públicas, a estabilidade, isenção e dignidade da arbitragem globalmente considerada, bem como dos seus órgãos e titulares;
 - d)** Tenha violado, culposamente, as obrigações constantes do presente regulamento;
 - e)** Não cumprir, de forma reiterada, as atividades ou tarefas definidas pela Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem;
 - f)** Tenha sido denunciada violação grave dos seus deveres pelo Conselho de Disciplina.
- 4.** A denúncia de violação de deveres efetuada por clubes não prejudica a designação de um observador ou delegado, salvo quando o Conselho de Disciplina ordene a sua suspensão preventiva.

ARTIGO 88.º

Jogos de dificuldade acrescida

O grau de dificuldade dos jogos é aferido pela consideração de quaisquer fatos considerados relevantes ocorridos em momento anterior à data da nomeação e ainda pela ponderação conjugada dos seguintes fatores:

- a)** Posição ocupada na tabela classificativa pelos Clubes intervenientes;
- b)** Rivalidade existente entre os Clubes intervenientes;
- c)** Jogos disputados em eliminatórias;
- d)** Jogos televisionados; e,
- e)** Jogos considerados de risco elevado nos termos legais.

Artigo 89.º

Impedimentos de nomeação

O Conselho de Arbitragem e as Associações Regionais estão impedidas de nomear os quadros de arbitragem que:

- a)** Não possuam exame médico realizado e aprovado nos termos legais;
- b)** Faltem aos testes de avaliação;

- c) Faltem injustificadamente às ações de formação para as quais tenham sido convocados;
- d) Cometam duas faltas injustificadas, considerando-se falta injustificada, a ausência ou renúncia a um jogo para o qual a dupla foi nomeada;
- e) Estejam com processo de inquérito ou disciplinar, desde que exista deliberação de suspensão preventiva, a decorrer;
- f) Não cumpram com as orientações oficiais do Conselho de Arbitragem.

CAPÍTULO OITAVO

CLASSIFICAÇÕES

Artigo 90.º

Normas de Classificação

1. O Conselho de Arbitragem estabelece as normas de classificação para árbitros, oficiais de mesa e observadores e procede à sua publicação até ao início das competições a que as mesmas digam respeito.
2. Os árbitros serão classificados tendo em consideração os seguintes parâmetros:
 - a) Nota atribuída pelos observadores na observação dos jogos;
 - b) Teste de conhecimento das regras, os quais podem ser escritos, vídeo ou orais;
 - c) Teste às suas aptidões físicas;
 - d) Outras que o Conselho de Arbitragem determine.
3. Os oficiais de mesa serão classificados tendo em consideração os seguintes parâmetros:
 - a) Nota atribuída pelos observadores na observação dos jogos;
 - b) Teste de conhecimento das regras, os quais podem ser escritos, vídeo ou orais;
 - c) Outras que o Conselho de Arbitragem determine.
4. Os observadores serão classificados tendo em consideração os seguintes critérios:
 - a) Avaliação do seu desempenho através de acompanhamento no terreno de jogo ou visualização vídeo do jogo;
 - b) Avaliação do modo de preenchimento do relatório de observação;
 - c) Avaliação do modo de transmissão aos árbitros das situações por si verificadas durante o jogo;
 - d) Teste de conhecimento das regras, os quais podem ser escritos, vídeo ou orais;
 - e) Outras que o Conselho de Arbitragem determine.
5. O critério definido na alínea a) do n.º 2 não pode ter um peso inferior a 50% do total da nota final dos árbitros.

6. O Conselho de Arbitragem poderá definir todas as componentes de avaliação estabelecidas nos números 2, 3 e 4 deste artigo ou optar apenas por algumas delas.
7. A avaliação do árbitro é o resultado da média da avaliação individual de cada um;
8. A avaliação final da dupla resulta da média da avaliação individual de uma dupla e não de dois árbitros isolados.
9. As duplas são avaliadas e classificadas por categoria e nível, não sendo obrigatório os mesmos requisitos ou fatores de avaliação de nível para nível.
10. Sempre que o quadro de arbitragem não realize uma prova de avaliação ser-lhe-á atribuída a nota de 0 (zero) valores.
11. Caso um árbitro falte injustificadamente a um jogo para o qual se encontrava nomeado e onde iria ser observado ser-lhe-á atribuída a nota de 0 (zero) valores.
12. Os quadros de arbitragem da categoria nacional que não obtenham a nota mínima de 50% nos testes físicos e escritos (escritos, vídeos, orais) não se encontram aptos para o desempenho das respetivas funções e por isso são imediatamente suspensos da atividade até obterem classificação suficiente para estarem aptos em novas provas de avaliação.
13. Apenas conta para efeitos de classificação final a primeira prova de avaliação realizada em determinado momento, pelo que a repetição da mesma decorrente do facto do quadro de arbitragem não ter obtido a avaliação mínima exigível, não tem valor para atribuição da nota final mas apenas para obter aptidão para o desempenho das respetivas funções.

Artigo 91.º

Isenção de classificação

1. Todos os agentes pertencentes ao quadro de arbitragem serão submetidos a avaliação em conformidade com as funções que desempenham, independentemente da categoria, qualificação ou grupo de trabalho que integrem, e devidamente classificados em função dela, com exceção do disposto nos números seguintes.
2. Todos os árbitros estão sujeitos a classificação com exceção dos seguintes casos:
 - a) Os árbitros nacionais de Nível 1 apenas terão classificação qualitativa e não quantitativa;
 - b) Os árbitros submetidos a tutoria não terão classificação quantitativa;

- c) Quando ausentes no estrangeiro por motivos de formação ou profissionais, devidamente comprovados;
 - d) Quando impedidos de arbitrar por doença ou inaptidão médica de longa duração, devidamente comprovada.
- 3. O Conselho de Arbitragem, depois de analisar os relatórios das observações qualitativas dos árbitros nacionais de Nível 1 e das duplas sob tutoria, delibera sobre a promoção ou não daqueles árbitros para o nível imediatamente acima.
- 4. O Conselho de Arbitragem pode isentar de avaliação e classificação os outros quadros de arbitragem, nomeadamente, oficiais de mesa, observadores, delegados, tutores e formadores.

Artigo 92.º

Penalizações

- 1. O Conselho de Arbitragem estabelece as normas de penalização na classificação para árbitros, oficiais de mesa e observadores e procede à sua publicação até ao início das competições a que as mesmas digam respeito.
- 2. A falta de assiduidade será penalizada de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho de Arbitragem.
- 3. Os quadros de arbitragem apenas podem requerer dispensas através do portal do Conselho de Arbitragem e sempre de forma escrita.
- 4. Os pedidos de dispensa requeridos após a publicação das nomeações serão penalizados de acordo com os critérios definidos pelo Conselho de Arbitragem mas nunca em valor inferior ao dobro de uma dispensa requerida atempadamente.
- 5. Os quadros de arbitragem que trabalhem por turnos ou que tenham atividades que importem alteração das suas disponibilidades devem comunicar ao Conselho de Arbitragem as suas disponibilidades com a maior antecedência possível, sendo que qualquer comunicação que seja efetuada com menos de 15 (quinze) dias de antecedência importa sempre uma penalização na classificação final.
- 6. O Conselho de Arbitragem pode introduzir fatores de penalização aos quadros de arbitragem por atos disciplinares devidamente sancionados.

Artigo 93.º

CrITÉRIOS de Desempate

Na eventualidade de classificação final com o mesmo valor, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, por ordem de aplicação:

- a)** Nota mais elevada do fator de avaliação prioritário assim determinado pelo Conselho de Arbitragem;
- b)** Restantes fatores de avaliação, por ordem de importância determinada pelo Conselho de Arbitragem;
- c)** Maior número de anos de atividade;
- d)** Maior idade.

Artigo 94.º

Observação

- 1.** Os árbitros e oficiais de mesa apenas podem ser observados no recinto de jogo e em quaisquer jogos, devendo, no entanto, o observador mencionar no seu relatório toda e qualquer situação anómala que tenha ocorrido antes ou depois do jogo, bem como durante o intervalo.
- 2.** A Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem deve, sempre que possível, fazer observações aos árbitros do mesmo Nível em jogos das mesmas competições.
- 3.** A Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem deve ter em consideração os seguintes fatores para determinar as observações aos quadros de arbitragem:
 - a)** Apenas pode ser efetuada uma única observação semanal a cada quadro de arbitragem;
 - b)** Devem ser efetuadas, no mínimo 6 observações por época, sendo a classificação final das observações obtida através da média de todas as observações;
 - c)** Cada observador apenas pode efetuar uma única observação ao mesmo quadro de arbitragem;
 - d)** Sempre que uma dupla esteja nomeada para dirigir mais de um jogo no mesmo dia, a observação deverá incidir no jogo do escalão mais elevado e/ou de suposto maior grau de dificuldade.
- 4.** A Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem pode, em caso de necessidade, não respeitar um ou alguns dos fatores elencados no número

anterior, devendo, no entanto, salvaguardar sempre o respeito pelos princípios da transparência, igualdade, equidade e justiça em todo o processo de observação dos quadros de arbitragem.

5. A Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem, poderá não garantir a efetuação do número mínimo de observações previstas na alínea b) do n.º 3 aos árbitros que solicitem mais de ou 30 (trinta) dias de licença temporária numa época.
6. No caso um árbitro solicitar 4 (quatro) fins-de-semana ou 30 (trinta) dias de licença temporária no início da época, a Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem, poderá não garantir a efetuação do número mínimo de observações estabelecido pelo Conselho de Arbitragem como um dos critérios de escolha dos árbitros para arbitrar as fases finais e playoffs.
7. No caso de não ser possível efetuar o número mínimo de observações estabelecido na alínea b) do n.º 3, será tida em consideração a média das observações realizadas para efeitos de classificação final, salvo se apenas tiverem sido efetuadas 3 (três) observações ou menos, caso em que não será atribuída classificação final ao quadro de arbitragem, aplicando-se ainda os demais termos constantes do presente regulamento.
8. O disposto na alínea c) do n.º 3 não é aplicável no caso de uma observação ter sido anulada nos termos estabelecidos no presente regulamento, podendo a Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem nomear o mesmo ou outro observador para efetuar nova observação dos mesmos quadros de arbitragem.
9. Apesar do disposto no número anterior, a Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem deve nomear um observador diferente sempre que for deferida uma reclamação ou contestação que tenha incidido diretamente sobre o comportamento do observador para com os quadros de arbitragem em causa.
10. Os observadores podem ser observados e classificados no recinto de jogo e/ou através de vídeo em quaisquer jogos.
11. Após a realização do jogo, o observador deve reunir com os árbitros para discussão construtiva dos aspetos técnicos a melhorar, esclarecimento de incidentes que tenham ocorrido no jogo e demais a constar do relatório de observação técnica, bem como informar com maior exatidão possível o valor quantitativo da avaliação realizada nas condições a definir pela Secção de Classificações no início das competições, podendo, no entanto, a nota oscilar de um valor.

12. Caso o observador altere a nota que comunicou aos árbitros em valor superior a um ponto percentual terá de fazer declaração expressa no relatório de avaliação dos motivos que levaram a tal alteração.

Artigo 95.º

Conhecimento dos relatórios de observação

1. Os árbitros tomam conhecimento, a título individual, dos relatórios dos observadores relativos aos jogos em que participem, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua realização, encontrando-se obrigados a guardar confidencialidade.
2. Para o efeito do disposto no número anterior, o observador enviará o relatório de observação para a Secção de Avaliação do Conselho de Arbitragem através de correio eletrónico dando conhecimento do mesmo aos árbitros avaliados.

Artigo 96.º

Reclamação dos relatórios de observação

1. O árbitro, oficial de mesa e observador que discorde dos relatórios pode exercer junto da Secção de Classificações o direito ao contraditório nos termos constantes das normas de classificação.
2. Para o efeito do disposto no número anterior, o reclamante deve apresentar a sua contestação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após receber o relatório de avaliação.
3. A contestação deve ser acompanhada de vídeo do jogo em formato digital, bem como deve indicar todos os meios de prova que considere necessários e adequados para a sua defesa.
4. Cabe exclusivamente ao árbitro o ónus de obter e juntar à sua reclamação o vídeo do jogo, salvo se o jogo for da primeira divisão de seniores masculinos (PO1) ou da primeira divisão de seniores femininos (PO9) atento o facto dos clubes visitados terem a obrigação regulamentar de enviar os vídeos dos jogos para a Federação de Andebol de Portugal.
5. O prazo previsto no n.º 2 suspende-se no dia em que o quadro de arbitragem reclamante tenha comprovadamente requerido por escrito ao(s) clube(s) a entrega do vídeo do jogo, sendo retomado no dia da sua receção.
6. Quando o clube remeta o vídeo do jogo através de via postal, presume-se a que a receção do mesmo seja feita no terceiro dia útil após o seu envio.

7. Caso os árbitros não juntem o vídeo do jogo no prazo previsto no n.º 2, a reclamação não será analisada e será indeferida.
8. Caso a reclamação vise apenas o comportamento do observador e não se reporte a matéria técnica de jogo, não se aplica o disposto nos números 3, 4 e 5, não sendo necessária a junção do vídeo do jogo, mas devendo o árbitro apresentar o rol de testemunhas e demais meios de prova que considere necessário ouvir e analisar para a sua defesa.
9. O Presidente do Conselho de Arbitragem deve submeter a apreciação da Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e de Apreciação de Reclamações (CILJAR) a contestação ou reclamação apresentada, a qual deverá elaborar parecer que submete à consideração do Conselho de Arbitragem.
10. O Conselho de Arbitragem, após análise do parecer da Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e de Apreciação de Reclamações (CILJAR), delibera sobre o deferimento ou indeferimento da contestação ou reclamação, notificando os interessados da sua decisão devidamente fundamentada.
11. Em caso de deferimento da contestação, a observação será anulada e será efetuada outra em sua substituição.
12. Da decisão do Conselho de Arbitragem cabe recurso nos termos regulamentares e estatutários.

Artigo 97.º

Reclamação da classificação final

1. O árbitro, oficial de mesa e observador que discorde da classificação final pode exercer junto da Secção de Classificações o direito ao contraditório nos termos constantes das normas de classificação.
2. Para o efeito, deve apresentar a sua contestação, dirigida ao Presidente do Conselho de Arbitragem da FAP, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a publicação de circular ou comunicado oficial com a classificação final.
3. A contestação deve ser acompanhada de todos os meios de prova que considere necessários e adequados para a sua defesa.
4. O Presidente do Conselho de Arbitragem deve submeter a apreciação da Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e de Apreciação de Reclamações (CILJAR) a contestação ou reclamação apresentada, a qual deverá elaborar parecer que submete à consideração do Conselho de Arbitragem.

5. O Conselho de Arbitragem, após análise do parecer da Comissão de Interpretação das Leis de Jogo e de Apreciação de Reclamações (CILJAR), delibera sobre o deferimento ou indeferimento da contestação ou reclamação, notificando os interessados da sua decisão devidamente fundamentada.
6. Em caso de deferimento da contestação, a classificação final será corrigida de acordo com a decisão que for tomada e será republicada a classificação final devidamente alterada.
7. Da decisão do Conselho de Arbitragem cabe recurso nos termos regulamentares e estatutários.

Artigo 98.º

Uniformidade

Os Conselhos de Arbitragem das Associações Regionais devem aplicar tendencialmente as normas de classificação aprovadas e divulgadas no início de cada época desportiva pelo Conselho de Arbitragem da FAP.

CAPÍTULO NONO

DO JOGO

Artigo 99.º

Balneários e cabine dos árbitros

1. A cabine dos árbitros e os balneários das equipas devem estar disponíveis 60 minutos antes da hora marcada para o início de jogo e o recinto de jogo deve estar em condições de utilização 45 minutos antes.
2. Os árbitros e o delegado devem mencionar nos respetivos relatórios o incumprimento do período de antecedência previsto no número anterior.

Artigo 100.º

Acesso à cabine dos árbitros

1. Só poderão ter acesso à cabine dos árbitros, os dirigentes do Conselho de Arbitragem da Federação de Andebol de Portugal, das Associações Regionais quando se trate de prova associativa, o delegado, observador, tutor, os oficiais responsáveis por cada equipa e o diretor de campo quando devidamente identificados e os respetivos capitães de equipa.
2. Os oficiais responsáveis por cada equipa, bem como o diretor de campo apenas devem permanecer na cabine dos árbitros o tempo necessário e indispensável para a realização das tarefas que os Regulamentos da Federação de Andebol de Portugal lhes atribuem.
3. Salvo motivo de força maior, apenas os árbitros e oficiais de mesa podem entrar na cabine dos árbitros durante o intervalo.

Artigo 101.º

Lista de participantes

1. Os clubes intervenientes no jogo a disputar, deverão apresentar na cabine dos árbitros, trinta minutos antes do seu início nas provas nacionais e quinze minutos nas provas associativas, a lista de participantes e entregar os Cartões de Identificação de Participante de Andebol (CIPA) dos agentes que nele vão participar.

2. Os árbitros e o delegado devem mencionar nos respetivos relatórios o incumprimento do período de antecedência previsto no número anterior.
3. Só poderão intervir no jogo a disputar os jogadores inscritos na lista de participantes, que deverá, obrigatoriamente, ser emitida através do sistema de informação da Federação de Andebol de Portugal nas Provas Nacionais.
 - a) As listas de participantes podem ser completadas ou retificadas, nos termos definidos nas Regras de Jogo;
 - b) Se os meios informáticos disponíveis não o permitirem, poderão ser completadas ou retificadas manualmente;
4. Só podem intervir no jogo os Treinadores inscritos e que detenham Cartão CIPA nos termos regulamentares, válido para a época em curso, e possuidores do nível de habilitações específicos de cada prova referidas nos Regulamentos da FAP.
5. Quando uma equipa não apresente técnico que detenha Cartão CIPA válido nos termos regulamentares e referido no número anterior, o jogo não se poderá realizar, com exceção do disposto no número seguinte.
6. O jogo realiza-se sempre, embora com relatório escrito, desde que um clube se apresente com técnico que detenha Cartão CIPA válido nos termos regulamentares, embora não esteja enquadrado no nível de qualificação para a prova em disputa.

Artigo 102.º

Identificação dos jogadores e oficiais

1. Os árbitros devem proceder à identificação de todas as pessoas inscritas na lista de participantes.
2. A identificação das pessoas inscritas na lista de participantes deve ser efetuada através dos respetivos cartões CIPA e da consulta do sistema de informação do Portal da Federação de Andebol de Portugal.
3. Caso os árbitros não tenham acesso ao sistema de informação do Portal da Federação de Andebol de Portugal, devem verificar a identidade das pessoas inscritas na lista de participantes através de documento de identificação que contenha fotografia.
4. Os árbitros podem efetuar a identificação das pessoas inscritas na lista de participantes pelo seu conhecimento pessoal.

Artigo 103.º

Boletim de jogo

1. Os árbitros nomeados para o jogo preencherão, obrigatória e minuciosamente, o respetivo Boletim de Jogo, descrevendo de forma concisa, clara e objetiva as ocorrências verificadas, procedendo ao seu envio via Portal do Andebol.
2. Quando o Boletim de Jogo for efetuado manualmente, por ausência ou impossibilidade de utilização dos meios informáticos, os árbitros do encontro elaborarão o Boletim de Jogo em triplicado, ficando um exemplar para cada clube e o original para a Federação de Andebol de Portugal.
3. Qualquer Boletim de Jogo, incluindo os efetuados nas condições descritas no n.º 2 do presente artigo deverá dar entrada na Federação até 48 horas úteis após a hora do jogo, acompanhado de todos os documentos anexos e necessários para a realização de um encontro.
4. O Boletim de Jogo deverá, obrigatoriamente, ser assinado pelos árbitros, oficial de mesa, delegado ao jogo e pelo Oficial A de cada equipa ao jogo.
 - a) Se o Boletim de jogo for efetuado conforme o previsto no n.º 2 do presente artigo, as assinaturas serão manuais;
 - b) Se o Boletim de Jogo for efetuado diretamente no sistema informático, as assinaturas serão efetuadas de forma digital e em online, conforme os modos previstos e transmitidos em Comunicado Oficial.

Artigo 104.º

Bola

1. Os clubes intervenientes no jogo a disputar, deverão apresentar na cabine dos árbitros, trinta minutos antes do seu início nas provas nacionais e quinze minutos nas provas associativas, a bola oficial, nas condições regulamentares.
2. Os árbitros e o delegado devem mencionar nos respetivos relatórios o incumprimento do período de antecedência previsto no número anterior.
3. Compete aos árbitros oficialmente nomeados, determinar qual a bola a utilizar no jogo.
4. Os árbitros são responsáveis pela devolução no final do jogo das bolas às respetivas equipas.

Artigo 105.º

Equipamentos dos Quadros de Arbitragem

1. Os Árbitros apenas usam o emblema e o equipamento oficial da Federação de Andebol de Portugal em todas as provas organizadas e homologadas pela Federação de Andebol de Portugal, sendo obrigatório o uso de emblema oficial da Federação de Andebol de Portugal em todas as provas nacionais, sendo exceção a este ponto os quadros de arbitragem da IHF e EHF que deverão utilizar os respetivos emblemas.
2. Os equipamentos dos Árbitros devem ser iguais entre si.
3. Sempre que a Federação de Andebol de Portugal coloque meios informáticos à disposição dos oficiais de mesa, estes passam a fazer parte do seu equipamento obrigatório, sendo aqueles responsáveis pela sua utilização indevida.
4. Os quadros de arbitragem não poderão exibir no local de competição qualquer publicidade, para além da que for contratada para os respetivos equipamentos, pela Direção da Federação de Andebol de Portugal ou pelo seu Conselho de Arbitragem, e no caso da contratada pela APAOMA, só após protocolo a celebrar para esse efeito com a Direção, ouvido o Conselho de Arbitragem da FAP.
5. O árbitro que comprovadamente utilizar equipamentos com qualquer publicidade sem autorização da Direção da Federação de Andebol de Portugal ou do Conselho de Arbitragem, nos termos do número anterior, incorre nas penalizações constantes do Regulamento de Disciplina da FAP ficando imediatamente suspenso da atividade até decisão em contrário do Conselho de Arbitragem, ou do Conselho de Disciplina no caso de ter sido instaurado procedimento disciplinar.
6. O recurso a qualquer equipamento não consignado nas Regras do Andebol requer aprovação do Conselho de Arbitragem da FAP.

Artigo 106.º

Equipamento dos jogadores

1. Os jogadores que integrem a mesma equipa envergarão o equipamento correspondente ao seu clube, o qual deverá ser identificado pelo número regulamentar, aposto na parte da frente e de trás da camisola e nos respetivos calções.

2. Será desqualificado o jogador que permaneça na área de competição após interpelação do árbitro para corrigir o seu equipamento em conformidade com o disposto no número anterior.

Artigo 107.º

Equipamentos idênticos

1. Quando se defrontem dois clubes, cujo equipamento seja de tal forma idêntico, que seja suscetível de comprometer a correta identificação de cada equipa e bem assim comprometer o próprio jogo, mudará de equipamento o clube que jogue no seu recinto, ou no caso de este pertencer a terceiros, e na ausência de acordo, aquele que seja indicado em 1.º lugar no calendário da prova.
2. Em situação de inversão de recinto devidamente autorizada, a troca será sempre efetuada pelo clube que joga no seu recinto.

Artigo 108.º

Sorteio

1. Os árbitros devem efetuar o sorteio com a necessária antecedência para não prejudicar o aquecimento de ambas as equipas e não afetar o protocolo de início do jogo.
2. O sorteio é efetuado junto da mesa de cronometragem, à vista de todos, pelos oficiais responsáveis de cada clube ou por qualquer jogador por estes indicado para o efeito e desde que conste da lista de participantes.

Artigo 109.º

Protocolo de começo de jogo

1. Os árbitros devem respeitar os protocolos de início de jogo que estejam determinados nos Regulamentos determinados pela Federação de Andebol de Portugal para cada uma das provas, devendo iniciar as mesmas com a antecedência necessária para que o jogo comece rigorosamente no horário estabelecido.
2. Os Clubes perfilam lado a lado com os árbitros ao centro, junto às zonas de substituição e mesa de cronometragem e o clube visitado deve assegurar pela instalação sonora:
 - a) O anúncio individual dos participantes no jogo, com a ordem seguinte:
Árbitros; Clube Visitante; Clube Visitado; Oficiais de Mesa e Delegado FAP;

- b)** Ao anúncio sonoro do respetivo nome os árbitros e jogadores (neste caso incluindo o seu número no anúncio) deslocam-se para o centro do campo, perfilando-se lado a lado.
 - c)** Após a apresentação de todos os intervenientes, os Clubes devem saudar-se, e cumprimentar-se, dando-se de imediato início ao jogo.
- 3.** Nos jogos onde não exista apresentação dos intervenientes através de instalação sonora, os jogadores perfilam junto às respetivas zonas de substituição, com os árbitros entre eles, avançando em conjunto para o centro, saudando o público após o que se devem cumprimentar.
- 4.** Salvo indicação em contrário do Conselho de Arbitragem, os árbitros e os jogadores devem efetuar a sua apresentação no protocolo de início de jogo sem fato de treino vestido e devidamente equipados com os equipamentos com os quais vão participar no jogo.

Artigo 110.º

Protesto de jogo

- 1.** O protesto do clube deverá ser efetuado pelo oficial responsável de equipa devidamente inscrito no boletim de jogo, mediante declaração escrita e assinada no relatório de jogo dos árbitros, anexo ao próprio boletim, nos termos estabelecidos no artigo 66.º e seguintes do Título 8 do RGFAP e Associações.
- 2.** Deverá ainda ser preenchida a respetiva quadrícula no boletim de jogo, quando o mesmo seja processado de forma informática.
- 3.** A assinatura do anexo poderá ser efetuada, até os árbitros abandonarem o recinto de jogo.
- 4.** Os árbitros apenas devem facultar ao oficial responsável de equipa o relatório de jogo para efeitos de protesto de jogo quando este ainda não está escrito, devendo preencher o mesmo posteriormente, a fim de salvaguardar a confidencialidade do seu conteúdo.
- 5.** O oficial responsável de equipa que apresente protesto ao jogo não tem de justificar as motivações do mesmo para com os quadros de arbitragem.

Artigo 111.º

Falta de árbitros oficialmente designado

1. Na falta de apenas um árbitro oficialmente designado, este deve proceder do seguinte modo:
 - a) Encontrar outro árbitro que se encontre presente no pavilhão para dirigir o jogo com ele;
 - b) Não sendo possível o disposto na alínea anterior, arbitrar sozinho o jogo.
2. Na falta dos árbitros oficialmente nomeados para o jogo, observar-se-ão sequencialmente as seguintes regras:
 - a) O jogo será dirigido pelos árbitros que se encontrarem presentes;
 - b) Na impossibilidade de se encontrarem dois árbitros, o jogo será dirigido por um único;
 - c) Na falta de árbitros, poderão ainda ser dirigidos por técnicos ou dirigentes devidamente inscritos, e com o acordo de ambas as equipas, que deverá ser escrito no relatório do Boletim de Jogo;
 - d) Na impossibilidade de cumprimento das alíneas anteriores, a competição será dirigida por um jogador de cada equipa dos clubes intervenientes, ficando estas com menos um jogador;
 - e) Na impossibilidade de cumprimento de todas as alíneas anteriores, o jogo será dirigido por quaisquer outras pessoas, desde que ambos os oficiais responsáveis de equipa estejam de acordo, que terá de ser escrito no relatório anexo ao Boletim de jogo.
3. Quando se trate de equipas de iniciados ou de escalões inferiores, o encontro poderá ser dirigido por técnicos, jogadores ou dirigentes.
4. Será sancionada com falta de comparência a equipa que se negue a acatar as regras previstas nos números anteriores e, bem assim, a disputar o jogo.

Artigo 112.º

Falta de oficial de mesa

1. Em caso de ausência de um oficial de mesa, os árbitros devem proceder do seguinte modo:
 - a) Caso o Conselho de Arbitragem tenha nomeado dois oficiais de mesa, desempenhará as funções aquele que estiver presente;
 - b) Caso haja um oficial de mesa da categoria Nacional no pavilhão, os

- árbitros devem recorrer ao mesmo;
- c) Se não houver qualquer oficial de mesa da categoria Nacional, cada equipa indicará um oficial para desempenhar as funções de oficial de mesa;
 - d) Se alguma das equipas apenas tiver um único oficial na equipa, o treinador, ou indica um jogador para desempenhar as funções de oficial de mesa ou prescinde desse direito;
 - e) Caso uma equipa prescinda do direito de indicar um oficial de mesa, nos termos referidos na alínea anterior, poderá a outra equipa indicar duas pessoas para desempenhar as funções de oficial de mesa.
2. A ausência de oficiais de mesa não impede, de forma alguma, a realização do jogo, devendo os árbitros, em ultima instância, realizar o mesmo sem qualquer oficial de mesa.

Artigo 113.º

Não realização de jogo por decisão dos árbitros

1. Os árbitros devem tomar todas as diligências para que o jogo decorra com toda a normalidade, evitando, sempre que possível, que o mesmo seja suspenso.
2. Quando se verificar atraso de comparência de uma equipa em relação à hora marcada para o início do jogo, por factos que, não lhe sendo imputáveis, sejam do conhecimento prévio do delegado, dos árbitros, oficial de mesa ou dos oficiais da equipa adversária, a equipa de arbitragem deverá esperar e desenvolver todos os esforços para que o jogo se realize.
3. Se o jogo ainda não se tiver iniciado, a equipa de arbitragem deverá esperar 60 minutos para verificar se existem condições que permitam a realização do jogo.
4. A suspensão temporária ou definitiva do jogo é da competência da equipa de arbitragem, que deverá ser devidamente documentada e descrita no Boletim de Jogo.
5. No caso de estar nomeado um delegado ao jogo, cabe a este a decisão de suspender temporária ou definitivamente um jogo.
6. Quando um jogo não se realize ou não tenha a duração regulamentar por decisão dos árbitros, deverá esta ser expressamente fundamentada no boletim de jogo.
7. Considera-se legítima a decisão dos árbitros de não darem início à competição ou suspenderem o decurso da mesma, sempre que ocorram infrações consideradas

muito graves ou graves nos termos do regulamento de disciplina, ou as mesmas decorram de caso de força maior.

Artigo 114.º

Jogo não iniciado ou sem duração regulamentar

1. Se o jogo já se tiver iniciado e for interrompido por caso fortuito ou de força maior, a equipa de arbitragem deverá aguardar durante um período máximo de 30 minutos.
2. Caso o não início do jogo ou a sua suspensão sejam causados pelo facto de não estarem reunidas as condições de segurança necessárias para a realização do mesmo, a equipa de arbitragem deve aguardar que as autoridades policiais ou o responsável pela segurança, assegurem que os problemas estão sanados e que o jogo pode ser iniciado ou reiniciado.
3. Aplica-se o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo anterior nos casos em que o jogo é suspenso.
4. O jogo que não puder ser iniciado ou não tiver a duração regulamentar por motivos alheios à vontade dos clubes intervenientes será marcado pela Direção da Federação, salvo acordo expresse dos Clubes, quer se trate do caso de clubes filiados na mesma Associação, quer no caso de clubes filiados em diferentes Associações.
5. O jogo que nos termos do n.º 1 do presente artigo não tiver a duração regulamentar, será disputado em conformidade com o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 3, cumprindo-se apenas o tempo de duração em falta.
6. Para efeitos do disposto no número anterior continuará a ser utilizado o respetivo boletim de jogo.
7. O acordo referido nas alíneas a) e b) do n.º 3, é registado obrigatoriamente pelos árbitros do encontro no respetivo boletim de jogo, incluído no Portal se o mesmo for efetuado de forma informática, o qual deverá ser assinado pelos oficiais ao jogo, e devendo a decisão ser comunicada de imediato à Federação.
8. Os árbitros deverão escrever no boletim de jogo que informaram as respetivas equipas do regulamentado, e caso não exista acordo, deverão registar tal facto no boletim de jogo.

CAPÍTULO DÉCIMO

ANDEBOL DE PRAIA

Artigo 115.º

Quadros de arbitragem de andebol de praia

1. O quadro de arbitragem para o andebol de praia é constituído por árbitros, oficiais de mesa, observadores e delegados com formação específica para a atividade estabelecida pelo Conselho de Arbitragem da FAP, dentro dos programas de formação estabelecidos pela Direção da FAP e IPDJ, IP para a modalidade.
2. Os árbitros de andebol de praia podem ter a categoria de:
 - a) Internacional; e,
 - b) Nacional.
3. Ascende à categoria Internacional o árbitro em atividade que, por proposta do Conselho de Arbitragem da FAP, integre a lista de árbitros designados para o efeito à EHF ou IHF e que integre os quadros de arbitragem destas entidades internacionais.
4. Compete ao Conselho de Arbitragem propor a lista de candidatos a árbitro Internacional.
5. O Conselho de Arbitragem atribuirá anualmente a cada dupla com a categoria internacional os objetivos que esta deverá alcançar com vista à promoção da arbitragem portuguesa.
6. O Conselho de Arbitragem fará, no final da época desportiva, uma avaliação das prestações de cada uma das duplas internacionais, podendo, caso não tenham sido alcançados os objetivos propostos, não indicar na época seguinte a dupla ou árbitro na lista de árbitros internacionais a remeter à EHF e IHF, perdendo aquele(s) a categoria internacional.
7. Os quadros de arbitragem que sejam da categoria internacional vêm prejudicada a sua carreira de árbitros de andebol de “indoor”, não podendo o Conselho de Arbitragem da FAP indicar igualmente estes quadros para a categoria Internacional de “andebol indoor”.

8. Todos os árbitros de andebol de praia que não sejam da categoria Internacional são da categoria Nacional.
9. As categorias dos árbitros de andebol de praia são distintas da categoria dos árbitros de andebol “indoor”, podendo um árbitro ter uma categoria no andebol de praia e outra no andebol “indoor”.

Artigo 116.º

Indicação e nomeação dos quadros de arbitragem de andebol de praia

1. O Conselho de Arbitragem da FAP emite anualmente, no início de cada época de desportiva de Andebol de Praia, a lista com o quadro de árbitros, oficiais de mesa, observadores, delegados e formadores para fazerem face às necessidades das provas de carácter nacional e associativo.
2. O Conselho de Arbitragem nomeará os árbitros para cada etapa do circuito nacional de andebol de praia, sendo as nomeações para os jogos efetuadas pelo(s) membro(s) do Conselho de Arbitragem que se encontrarem presente em cada uma das etapas.
3. As nomeações dos oficiais de mesa, observadores e delegados será efetuada nos termos do número anterior.

Artigo 117.º

Observação e classificação dos árbitros de andebol de praia

1. Sempre que o Conselho de Arbitragem nomear um observador para uma etapa do circuito de andebol de praia, este deve elaborar um relatório final onde efetue uma avaliação da atuação global de cada árbitro.
2. A avaliação dos árbitros deve ser essencialmente qualitativa, podendo, no entanto, também ser quantitativa sempre que assim determine o Conselho de Arbitragem.

Artigo 118.º

Atividade internacional de andebol de praia

1. Os árbitros e delegados da categoria Internacional de andebol de praia estão obrigados a elaborar um relatório de toda a atividade sempre que se desloquem fora do país para qualquer tipo de evento de andebol de praia.

2.O relatório referido no número anterior deverá ser remetido para o Presidente do Conselho de Arbitragem no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o termo do evento.

Artigo 119.º

Normas aplicáveis ao andebol de praia

Aplica-se aos quadros de arbitragem do andebol de praia todas as normas deste Regulamento que não contrariem as disposições do presente capítulo.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO

ANDEBOL EM CADEIRAS DE RODAS

Artigo 120.º

Quadros de arbitragem de andebol em cadeiras de rodas

1. O quadro de arbitragem para o Andebol em Cadeira de Rodas (ACR) é constituído por árbitros, oficiais de mesa, observadores e delegados com formação específica para a atividade estabelecida pelo Conselho de Arbitragem da FAP, dentro dos programas de formação estabelecidos pela Direção da FAP e IPDJ, IP para a modalidade.
2. Todos os árbitros de andebol das categorias Internacional, Nacional e Regional podem arbitrar jogos de Andebol em Cadeira de Rodas (ACR) desde que tenham frequentado com sucesso o curso de formação para aquele efeito.

Artigo 121.º

Nomeação para jogos de andebol em cadeiras de rodas

1. Cabe ao Conselho de Arbitragem da FAP nomear os árbitros e oficiais de mesa para os jogos de andebol em cadeiras de rodas organizados pela FAP ou que integrem o seu calendário oficial.
2. O Conselho de Arbitragem da FAP poderá delegar nas Associações Regionais a nomeação de árbitros e oficiais de mesa para jogos de andebol em cadeiras de rodas.

Artigo 122.º

Atividade internacional de andebol em cadeiras de rodas

1. Sempre que um árbitro seja nomeado para qualquer evento no estrangeiro relacionado com o andebol em cadeiras de rodas está obrigado a elaborar um relatório de toda a atividade.
2. O relatório referido no número anterior deverá ser remetido para o Presidente do Conselho de Arbitragem no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o termo do evento.

Artigo 123.º

Normas aplicáveis ao andebol em cadeira de rodas

Aplica-se aos quadros de arbitragem do Andebol em Cadeira de Rodas (ACR) todas as normas deste Regulamento que não contrariem as disposições do presente capítulo.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO

CONDUTAS QUE PROMOVAM A ÉTICA E O FAIR PLAY

Artigo 124.º

Promoção da ética e do fair play

Os árbitros, oficiais de mesa, delegados, observadores, tutores e formadores devem promover e respeitar os princípios da ética e do fair play, enquanto princípios fundamentais da prática desportiva, nomeadamente através das seguintes ações:

- a)** Respeitar e fazer cumprir, com todo o rigor, as regras de jogo e os regulamentos da competição, contribuindo para o seu desenvolvimento;
- b)** Recusar e denunciar a fraude ou manipulação de resultados, defendendo sempre a verdade desportiva;
- c)** Respeitar todos os agentes desportivos com quem contactem, tratando-os, a todos, com a consideração devida;
- d)** Exercer funções de forma íntegra, isenta, independente e imparcial, dando conhecimento ao Conselho de Arbitragem da Federação de Andebol de Portugal das situações que possam vir a colocar em causa esses mesmos valores;
- e)** Respeitar os colegas de atividade, fomentando a saudável e solidária relação entre todos, bem como contribuir para a concretização dos objetivos comuns ao Andebol e à arbitragem em particular;
- f)** Constituir, mesmo na sua vida privada, um exemplo público de modelo ético para todos, sobretudo para os mais jovens;
- g)** Ser ponderados no ajuizar das decisões e imparciais nos critérios de decisão;
- h)** Adotar uma postura serena, firme, justa e promotora da igualdade;
- i)** Evitar qualquer situação que possa levar a conflitos de interesses que coloquem em causa a integridade e independência no exercício das suas funções;
- j)** Cumprir o Código de Ética Desportiva que foi aprovado pela CAJAP, APAOMA e FAP.

Artigo 125.º

Cartão Branco / Fair Play

1. O Cartão Branco / Fair Play visa reconhecer, destacar e recompensar as atitudes de comportamentos eticamente relevantes por praticantes, treinadores, dirigentes entre outros agentes diretamente envolvidos no jogo e também espetadores.
2. Os árbitros devem, sempre que os regulamentos de cada uma das provas o permitir, exibir o Cartão Branco /Fair Play, enquanto cartão pedagógico, sempre que durante o jogo observem um comportamento merecedor da mesma.
3. Os árbitros devem esclarecer no relatório do jogo, em administrativas, o motivo pelo qual não exibiram qualquer cartão branco no jogo.

Artigo 126.º

Campanha de promoção da ética e do fair play

1. Os quadros de arbitragem estão obrigados a utilizar equipamento, t-shirt ou outro material que lhe seja fornecido pelo Conselho de Arbitragem no âmbito de uma campanha de promoção dos valores da ética e do fair play.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o Conselho de Arbitragem emitirá uma circular a informar os procedimentos para o correto uso do material fornecido pela Federação de Andebol de Portugal.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO

CONDUTAS PROIBIDAS, APOSTAS DESPORTIVAS E DOPING

Artigo 127.º

Infrações Muito Graves e Condutas Proibidas

- 1.** Estão proibidas aos quadros de arbitragem e demais agentes desportivos as seguintes condutas e ações:
 - a)** Efetuar apostas em qualquer jogo do campeonato português de andebol e em particular num jogo ou competição em que o quadro de arbitragem participa diretamente;
 - b)** Manipular as competições desportivas, traduzindo-se tal ato num acordo, um ato ou uma omissão intencional visando uma alteração irregular do resultado ou do desenrolar de uma competição desportiva, a fim de suprimir total ou parcialmente a natureza imprevisível do decurso ou resultado de tal jogo e/ou competição, com vista a obter um benefício indevido para si ou para outro;
 - c)** Ter uma conduta ilícita, nomeadamente providenciar, solicitar, receber, procurar ou aceitar um benefício relacionado com a manipulação de um jogo ou competição ou qualquer outra forma de corrupção associada a esse jogo e competição;
 - d)** Usar Informação Privilegiada para efeitos de apostas, para qualquer tipo de manipulação de competições desportivas ou para qualquer outro fim ilícito, realizados pelo quadro de arbitragem ou através de outra pessoa e/ou entidade;
 - e)** Divulgar Informação Privilegiada a qualquer pessoa e/ou entidade, com ou sem Benefício, em que o quadro de arbitragem sabia ou deveria saber que tal divulgação poderia levar a informação a ser utilizada para fins de apostas, a qualquer tipo de manipulação do jogo ou das competições ou a quaisquer outros fins ilícitos;

- f)** Dar e/ou receber um Benefício pela prestação de Informação Privilegiada, independentemente de qualquer informação privilegiada ter sido efetivamente divulgada;
 - g)** Não participar ao Conselho de Arbitragem da FAP ou a um mecanismo de denúncia/reportage ou autoridade competente, na primeira oportunidade disponível, os detalhes completos sobre quaisquer abordagens ou convites recebidos pelo quadro de arbitragem para se envolver em condutas ou incidentes que possam constituir uma infração deste regulamento;
 - h)** Não relatar participar ao Conselho de Arbitragem da FAP ou a um mecanismo de denúncia/reportage ou autoridade competente, na primeira oportunidade disponível, os detalhes completos de qualquer incidente, facto ou assunto que seja do conhecimento do quadro de arbitragem (ou dos quais ele deveria estar razoavelmente informado) incluindo abordagens ou convites que foram recebidos por qualquer outro Participante para envolver-se em conduta que possa constituir uma infração destas normas;
 - i)** A falta de cooperação com qualquer investigação realizada pela Federação de Andebol de Portugal em relação a uma possível infração destas normas, incluindo, mas não limitado a, deixar de providenciar devidamente, completamente e sem qualquer atraso toda a informação e/ou documentação e/ou acesso ou assistência solicitada pela FAP, como parte de tal investigação;
 - j)** A obstrução ou atraso de qualquer investigação que possa ser realizada pela Federação de Andebol de Portugal em relação a uma possível infração destas normas, incluindo, mas não limitado, a ocultação, alteração ou destruição de qualquer documentação ou outra informação suscetível de ser relevante para a investigação.
- 2.** A violação das condutas e ações tipificadas no número anterior pelos quadros de arbitragem constituem infrações muito graves, puníveis nos termos do regulamento disciplinar da FAP.
- 3.** Serão ainda consideradas Infrações muito graves, para efeitos do disposto no número anterior, a conduta do quadro de arbitragem quando:
 - a)** Ingerir qualquer substância que integre a lista de substâncias dopantes;
 - b)** Fornecer onerosa ou gratuitamente qualquer substância dopante a qualquer agente desportivo;

- c)** Colocar, aceitar ou de outra forma participar em qualquer aposta com qualquer outra parte relativamente ao resultado, progresso ou outra circunstância de qualquer jogo ou competição na qual o quadro de arbitragem esteja envolvido;
- d)** Seduzir, facilitar ou abordar qualquer Participante ou parte terceira para entrar numa aposta em relação ao resultado, progresso ou circunstância de qualquer jogo ou competição;
- e)** Garantir a ocorrência de uma determinada circunstância, em qualquer jogo ou competição, que possa razoavelmente esperar ser objeto de uma aposta e para a qual o quadro de arbitragem, ou qualquer pessoa a si ligada, espera receber ou recebeu qualquer benefício;
- f)** Manipular ou de qualquer forma influenciar indevidamente o resultado, progresso ou qualquer outro aspeto de um jogo ou competição;
- g)** Procurar, oferecer ou aceitar qualquer benefício para manipular ou indevidamente influenciar o resultado, o progresso ou qualquer outro aspeto de um jogo ou competição;
- h)** Deixar de desempenhar as suas funções desportivas no melhor das suas competências e capacidades para receber um benefício para si ou para qualquer pessoa a si ligada;
- i)** Fornecer ou receber qualquer benefício por qualquer ato em circunstâncias que se podem razoavelmente esperar virem a colocar o desporto e em especial o andebol em descrédito;
- j)** Usar ou divulgar Informação Privilegiada a qualquer pessoa quando seja razoavelmente espectável que a divulgação dessa informação, em tais circunstâncias, possa ser usada em relação à realização de uma aposta;
- k)** Não revelar à pessoa designada ou às Autoridades Policiais detalhes completos de qualquer abordagem recebida para se envolver numa conduta que possa constituir uma infração ao presente Regulamento, e/ou qualquer incidente ou assunto que venha a ser do seu conhecimento que possa constituir uma infração ao disposto nestas normas;
- l)** Solicitar, provocar ou facilitar qualquer Participante a agir contrariamente às disposições constantes nas alíneas anteriores.

Artigo 128.º

Aplicação

1. Para determinar se uma infração foi cometida, não é relevante o seguinte:
 - a) Se o quadro de arbitragem participa ou não no jogo ou na competição em causa;
 - b) Se o resultado do jogo ou da competição em que a aposta foi feita ou que se pretendia fazer se confirmou;
 - c) Se existiu ou não qualquer benefício ou outra contrapartida realmente dada ou recebida;
 - d) A natureza ou resultado da aposta;
 - e) Se o esforço ou o desempenho do quadro de arbitragem no jogo ou na competição em causa foi ou não (ou poderia esperar-se ser) afetado pelos atos ou omissões em questão;
 - f) Se o resultado do jogo ou da competição em causa foi ou não (ou poderia esperar-se ser) afetado pelos atos ou omissões em questão;
 - g) Se a manipulação incluiu ou não uma infração de uma regra de jogo;
 - h) Se o jogo ou a competição teve ou não a presença de um observador ou delegado.
2. Qualquer forma de ajuda, cumplicidade ou tentativa de um quadro de arbitragem que possa culminar numa infração das normas constantes deste Capítulo deve ser tratada como se uma infração tivesse sido cometida, tenha ou não esse ato resultado, de facto, numa infração, e/ou se essa infração foi cometida deliberadamente ou por negligência.

Artigo 129.º

Procedimento disciplinar

1. O Conselho de Disciplina da Federação de Andebol de Portugal deve instaurar um processo disciplinar ao quadro de arbitragem que é presumido de ter cometido uma infração das normas deste Capítulo, o qual deve ser informado, entre outras, sobre as alegadas infrações que foram cometidas, os detalhes dos alegados atos e/ou omissões, e o leque de possíveis sanções.
2. Por solicitação da Federação de Andebol de Portugal, o Participante em causa deve facultar todas as informações que a FAP considere que possam ser

relevantes para investigar a alegada infração, incluindo os registos relativos à alegada infração (tais como os números e informações da conta de apostas, contas de telefone detalhadas, extratos bancários, registos de serviços de internet, computadores, discos rígidos e outros dispositivos de armazenamento de informação), e/ou uma declaração expondo os factos e circunstâncias relevantes em torno da alegada infração.

Artigo 130.º

Direitos do Quadro de Arbitragem em caso de procedimento disciplinar

Em todos os procedimentos disciplinares relativos a infrações do presente Capítulo, devem ser respeitados os seguintes direitos dos quadros de arbitragem:

- a)** O direito de ser informado das acusações;
- b)** O direito a uma audição justa, imparcial e num prazo conveniente, comparecendo presencialmente diante do instrutor do processo e/ou apresentar uma defesa por escrito; e,
- c)** O direito de ser acompanhado e/ou representado.

Artigo 131.º

Ónus da prova

No processo disciplinar o ónus da prova dos factos constitutivos da infração cabe ao titular do poder disciplinar.

Artigo 132.º

Confidencialidade

- 1.** O princípio da confidencialidade deve ser integralmente respeitado durante todo o procedimento.
- 2.** As informações devem apenas ser trocadas entre entidades que necessitem de estarem informadas.
- 3.** A confidencialidade deve também ser estritamente respeitada por qualquer pessoa envolvida no processo até que haja divulgação pública do caso.

Artigo 133.º

Denúncias

1. Qualquer pessoa, clube, dirigentes, treinador, jogador ou quadro de arbitragem pode efetuar uma denúncia junto do Conselho de Disciplina da FAP e/ou do Conselho de Arbitragem da FAP, devendo juntar à mesma todos os meios de prova de que disponha.
2. Serão ainda admitidas denúncias anónimas, sendo a probabilidade da sua veracidade previamente averiguada antes da instauração de qualquer procedimento disciplinar.

Artigo 134.º

Recurso

Os quadros de arbitragem podem recorrer das decisões que sobre si recaiam através dos meios legais e regulamentares ao seu dispor.

CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 135.º

Casos Omissos

Todos os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Direção da Federação de Andebol de Portugal, após informação e parecer do Conselho de Arbitragem da FAP.